

Universidade do Algarve

**Satisfação marital e stresse parental em mães da
população geral. Um estudo correlacional**

Bianca Íris Botequilha Soares

Dissertação para a obtenção de Grau de Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde

Psicologia/ Mestrado de Psicologia Clínica e da Saúde

Trabalho efetuado sob a orientação da Professora Doutora Ida Lemos

2015

“Declaração de autoria de trabalho “Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.”

“A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.” Copyright© Bianca Íris B. Soares

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a todas as mães que gentilmente participaram no estudo e, sem as quais, não seria possível realizar o mesmo.

À minha orientadora, a Prof.^a Doutora Ida Lemos, pelo seu apoio e paciência, assim como, por todas as correções e sugestões que me deu ao longo do trabalho. Principalmente gostaria de agradecer o facto de ter sempre acreditado em mim.

A toda a equipa de investigação (Prof.^a Doutora Cristina Nunes, Lara Nunes, Diana Costa e colegas de curso) pelo apoio e disponibilidade demonstrados ao longo do trabalho.

Aos meus pais e irmãos por toda a força que sempre me passaram e, principalmente, pela sua compreensão e paciência nos momentos mais difíceis.

Aos meus amigos Sara, Filipa, Alex, Mafalda, Flávio, Sara Maximiano, Joana Paz, Anabela, Lurdes e, Salvador pelos momentos de lazer, sem os quais não conseguia passar. E, claro, pelo apoio e amizade que me deram cada um à sua maneira.

Ao Michael e aos seus pais Cremilde e João pelo apoio incondicional.

Dedico este trabalho aos meus pais, pelo seu apoio incondicional.

Um muito Obrigada!

Resumo

O objetivo principal do presente estudo foi o de analisar eventuais relações entre variáveis conjugais e parentais percebidas numa amostra de 120 mulheres da população geral. Foi aplicada a versão reduzida do Índice de Stresse Parental (Abidin, 1990) e a Escala de Satisfação Marital (Fowers & Olson, 1993), assim como um questionário para recolha de dados sociodemográficos, através de uma entrevista estruturada a mães portuguesas com filhos menores a residir no agregado familiar.

Os resultados obtidos indicaram que 35% da nossa amostra referiram sentir-se satisfeitas com a sua relação marital e, na sua maioria, relataram índices normativos de stresse parental total. Observámos que os níveis de satisfação marital diferiam em função do tipo de família e estavam associados com os rendimentos familiares das participantes. Quanto aos índices de stresse parental, estes diferiam segundo a situação laboral das mães, os rendimentos familiares e, a idade e o sexo dos menores e, estavam associados à idade das mães e do menor, anos de relação conjugal, rendimentos familiares, número de filhos menores de 18 anos e, ainda ao nível de escolaridade das mães. Por fim, a satisfação marital estava negativamente e significativamente associada a todas as dimensões do stresse parental. Os resultados são discutidos, realçando-se a importância de estudarmos os subsistemas conjugal e parental, de forma a compreender as relações entre dimensões da conjugabilidade e da parentalidade como influenciando-se mutuamente.

Palavras-chave: Satisfação Marital, Stresse Parental, Relação Conjugal, Parentalidade.

Abstract

The main aim of this present study was to identify eventual existent relations between marital and parental variables in a 120 women geral population. A reduced version of Reduced Version from Parental Stress Index (Abidin, 1990) and Marital Satisfaction Scale (Fowers & Olson, 1993), such as a socio-demographic questionnaire was applied to Portuguese's mothers with young kids living in household.

Results have shown that 35% feel marital satisfaction and, almost all of them shown normal parental stress levels. We observed that marital satisfaction levels can change on what type of family and normally related with their family wages.

Otherwise, parental stress levels differ on their family employment situation, their wages, children's age and gender and they are related with mother's age, number of kids below 18, years of relationship and educational level. At last, marital satisfaction is also negatively and strongly related to all parental stress dimensions.

All the results will be discussed, highlighting the importance to study the double bond marital and parental, so we can understand relations between marital and parental dimensions interacting on each other.

Key words: Marital Satisfaction; Parenting Stress; Marital Relationship; Parenthood.

Índice

Introdução	2
I. Enquadramento Teórico.....	5
1 Satisfação Marital.....	5
1.1 Fatores da satisfação marital.	6
2 Stresse parental.....	9
2.1 Fatores do stresse parental.....	14
3 Relação entre a satisfação marital e o stresse parental	19
II. Questões de investigação e objetivos do estudo	22
III. Metodologia do estudo	24
1. Desenho do estudo	24
2. Participantes	24
2.1 Técnica de amostragem.....	24
2.2 Caraterização das participantes.....	24
3. Instrumentos.....	26
3.1 Perfil Sociodemográfico (PSD).....	26
3.2 ENRICH: Evaluation and Nurturing Relationship Issues, Communication and Happiness - Marital Satisfaction Scale/Short-Form (EMS)	26
3.3 Parenting Stress Index – Short Form (PSI/SF).....	27
4. Procedimentos	29
4 Recolha dos dados.....	29
4.2 Tratamento e análise dos dados.....	29
IV. Apresentação dos Resultados.....	32
1. Caraterísticas sociodemográficas na amostra.....	32
2. Caraterísticas familiares na amostra.....	33
3. Caraterísticas da satisfação marital e do stresse parental	35
3.1 Níveis de satisfação marital.....	36
3.2 Níveis de stresse parental.....	36
4. Diferenças nos níveis de satisfação marital e de stresse parental em função das caraterísticas sociodemográficas e familiares	38
5. Relações entre as variáveis sociodemográficas e familiares, satisfação marital e, stresse parental.....	44

6. Relação entre a satisfação marital e stresse parental (e suas subescalas).....	47
V. Discussão.....	49
1. Perfil Sociodemográfico das participantes.....	49
2. Níveis de satisfação marital e de stresse parental.....	50
3. Características sociodemográficas e familiares e relato de satisfação marital e de stresse parental.....	51
4. Relação entre satisfação marital e stresse parental e, variáveis sociodemográficas e familiares.....	54
5. Relação entre satisfação marital e stresse parental.....	56
Conclusão e limitações do estudo	59
Referências Bibliográficas	63

Índice de Tabelas

Tabela 1. Médias, desvios-padrão, mínimos e máximos do número de filhos e anos de relação marital.....	25
Tabela 2. Dimensões avaliadas, instrumentos e suas características.....	29
Tabela 3. Regularidade e contrato de trabalho.....	33
Tabela 4. Médias, desvios-padrão, mínimos e máximos da composição do agregado familiar.....	34
Tabela 5. Médias, desvios-padrão, mínimos e máximos dos rendimentos.....	35
Tabela 6. Níveis de satisfação marital.....	36
Tabela 7. Níveis de stresse parental (PSI) e as respectivas subescalas.....	36
Tabela 8. Correlações entre o Stresse Parental (PSI) e as suas subescalas (N = 120).....	38

Tabela 9. Comparação das médias, desvios-padrão no Stresse Parental e na Satisfação Marital segundo a situação laboral, teste Mann-Whitney, significância e efeito.....	39
Tabela 10. Comparação das médias nas dimensões Satisfação Marital e Stresse Parental em função do tipo de trabalho, teste Kruskal-Wallis.....	40
Tabela 11. Comparação das médias nas dimensões Satisfação Marital e Stresse Parental segundo a estabilidade dos rendimentos familiares.....	41
Tabela 12. Comparação das médias, desvios-padrão no Stresse Parental e na Satisfação Marital segundo o tipo de família,.....	42
Tabela 13. Comparação das médias, desvios-padrão no Stresse Parental e na Satisfação Marital em função o tipo de família, teste Mann-Whitney, significância e efeito	42
Tabela 14. Comparação das médias, desvios-padrão no Stresse Parental e na Satisfação marital em função do sexo do menor, teste t de Student.....	43
Tabela 15. Comparação das médias, desvios-padrão no Stresse Parental e na Satisfação Marital segundo o grupo etário do menor, teste t de Student.....	43
Tabela 16. Comparação das médias, desvios-padrão na dimensão Stresse Parental em função dos níveis de satisfação Marital, teste Kruskal-Wallis.....	44
Tabela 17. Correlações entre as Variáveis Sociodemográficas e a Satisfação Marital (N = 103).....	45
Tabela 18. Correlações entre as variáveis sociodemográficas e o stresse parental (PSI), e as respetivas subescalas (N = 120).....	46
Tabela 19. Correlações entre a Satisfação Marital (N = 103) e o Stresse Parental (PSI)	47

Índice de Figuras

Figura 1. Modelo do stresse parental (Abidin,1992).....	13
Figura 2. Situação Marital das participantes.....	25
Figura 3. Nível de escolaridade.....	26
Figura 4. Situação Laboral.....	32
Figura 5. Tipo de família.....	33
Figura 6. Proveniência dos Rendimentos Familiares das participantes.....	35
Figura 7. Níveis de stresse parental das participantes.....	37

Introdução

Introdução

Quando um indivíduo toma a decisão de ser pai/mãe é natural que assuma um conjunto de funções próprias do processo de cuidar. Se os pais têm os recursos para responder e atender aos desafios relacionados com a parentalidade podem, então, experienciar alegria e prazer, assim como, sentimentos de autoconfiança e de competência. Se, pelo contrário, os pais realizam as tarefas parentais sem os recursos necessários, estes podem perceber stress nas experiências relacionadas com os seus filhos (Crnic & Low, 2002), o que pode comprometer o seu desempenho na realização dessas funções (Farkas & Valdés, 2010) e, conseqüentemente, o funcionamento dos pais, dos filhos e, da família em geral (Deater-Deckard, 1998). A este propósito, o autor referiu que quando os pais percebem stress na relação com os filhos, estes podem apresentar comportamentos parentais mais pobres (e.g., dureza e inconsistência), o que por sua vez, pode levar os filhos a apresentarem comportamentos desajustados (e.g., agressividade).

Para Abidin (1992) o stress parental é um produto das avaliações realizadas por cada pai/mãe no contexto do seu nível de comprometimento nas suas funções parentais. Desta forma, segundo o autor a avaliação que os pais/mães fazem dos danos e dos benefícios com que são confrontados na realização do seu papel parental, induz o nível de stress experienciado pelos mesmos. De acordo com vários autores, níveis moderados de stress percebidos pelos pais face aos seus filhos são vistos como um fenómeno relativamente comum e presente em todas as famílias (e.g., Abidin, 1990; Crnic & Low, 2002), logo em famílias não-clínicas como é o caso do presente estudo.

Ainda no âmbito do stress parental, diversos autores defendem que é necessário mais pesquisa e a criação de mais instrumentos clínicos de medição do stress parental (e.g., Abidin, 1992; Östberg & Hagekull, 2000). Similarmente, Crnic e Low (2002) referiram que tem havido pouco consenso no que concerne à conceptualização e avaliação da experiência e da natureza do stress parental. Por sua vez, relativamente à avaliação do stress parental, Reitman, Currier e Stickle (2010) defenderam que existe uma necessidade de uma investigação universal que permita medir aspetos da personalidade e estados emocionais do adulto (e.g., labilidade emocional, neuroticismo e humor deprimido), tendo em conta as reações de stress

perante as exigências do papel de pai/mãe. É, pois, importante continuar a analisar quais os fatores que originam stresse nos pais, e que dificultam a relação entre pais e filhos, com implicações no comportamento das crianças (Abidin, 1990).

De entre os múltiplos fatores apontados na literatura (e.g., Abidin, 1992; Crnic & Low, 2002; Deater-Deckard, 1998; Williford, Calkins, & Keane, 2007), no presente trabalho procurámos estudar a satisfação marital percebida em mães da população geral, atendendo a que Belsky (1984) sustentou a existência de uma associação entre a satisfação marital e o stresse parental. De acordo com Shackelford e Buss (2000) a satisfação marital pode ser vista como um estado psicológico regulado pelos benefícios e custos que um casamento assume para uma determinada pessoa. No que diz respeito à associação entre satisfação marital e o stresse parental, segundo Webster-Stratton (1990), os níveis de stresse parental são mais baixos quando a satisfação geral com o casamento é mais alta.

São objetivos gerais do presente estudo analisar as relações entre a satisfação marital global percebida, o stresse parental e um conjunto de variáveis sociodemográficas em mães, numa amostra de participantes da população geral.

Assim, o primeiro capítulo destinar-se-á à revisão da literatura acerca dos conceitos analisados: a satisfação marital e o stresse parental. Iremos abordar primeiramente a satisfação marital. Mais especificamente, exploraremos os fatores familiares, conjugais e contextuais associados à mesma. De seguida, abordaremos o stresse parental, em que serão explorados diversos fatores parentais, da criança e do contexto (intra e extra familiar) que, de acordo com a literatura, se associam ao mesmo. Por último, analisaremos eventuais relações existentes entre a satisfação marital e o stresse parental. No segundo capítulo, iremos apresentar os objetivos e a questão de investigação do presente estudo. Num terceiro capítulo, apresentaremos a metodologia do estudo: o desenho do estudo, a caracterização da amostra, os instrumentos utilizados e os procedimentos de recolha e análise dos dados. O quarto capítulo destinar-se-á à apresentação e análise dos resultados. Estes serão discutidos no quinto capítulo. Finalmente, serão apresentadas as conclusões e limitações do presente estudo, bem como, algumas sugestões para investigações futuras.

I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

I. Enquadramento Teórico

1 Satisfação Marital

Nas sociedades ocidentais o casamento ou união de facto entre duas pessoas é considerado para a maioria dos indivíduos relevante no processo de autorrealização pessoal (Carriochi, Deane, & Anderson, 2002). Este, pode promover o aumento da saúde mental (e.g., De Vaus, 2002), assim como, o bem-estar económico do indivíduo (e.g., Fagan, Kidd & Potrykus, 2011). Sendo que um relacionamento de suporte é muito mais favorável a sentimentos de bem-estar entre o casal do que um relacionamento distante ou conflituoso (Fowers, 1991).

A questão inerente à conjugabilidade avaliada neste estudo foi a satisfação marital. Shackelford e Buss (2000) definiram a satisfação marital como um estado psicológico regulado pelos benefícios e custos que um casamento assume para uma determinada pessoa. Assim, a satisfação marital pode ainda ser entendida como o grau de comprometimento que um indivíduo apresenta para com o seu cônjuge e o casamento (Hess, 2008).

Numa relação conjugal, quando não existe qualquer problema que levante um estado de crise, os casais relatam níveis mais elevados de satisfação marital percebida (Hasani, Mokhtaree, Sayadi, Nazer, & Mosavi, 2012) e, consequentemente, apresentam tanto níveis mais baixos de tensão, como níveis mais altos de felicidade e de resistência para lidar com as situações adversas, comparativamente aos casais menos satisfeitos (Bradbury, Fincham, & Beach, 2000). E, ainda, tal como vários estudos têm demonstrado, os pais maritalmente satisfeitos apresentam, entre outros, níveis mais elevados de sentido de competência parental (e.g., Hess, 2008;) apoio social percebido (Hess, 2008) e, menos sintomatologia depressiva (e.g., García, Gueva, & Currea, 2006; Hess, 2008) e, conflitos conjugais (Hess, 2008). Em contrapartida, níveis baixos de satisfação marital percebida podem levar, por exemplo, a um aumento nos níveis de depressão e ansiedade, assim como, a uma diminuição da autoestima, o que pode diminuir o bem-estar psicológico geral do indivíduo (Fowers, 1991).

De acordo com Canel (2013) os níveis de satisfação conjugal não são estáveis, isto é, podem diminuir ao longo do tempo, ao mesmo tempo que podem aumentar

nos últimos anos.

Assim sendo, a satisfação marital é vista como um processo complexo (Canel, 2013) e devemos ter em conta a avaliação das relações existentes que esta apresenta com vários fatores, como veremos de seguida.

1.1 Fatores da satisfação marital

Nesta secção iremos debruçar-nos sobre os fatores mais apontados na literatura que podem influenciar os níveis de satisfação marital. Primeiramente, abordaremos alguns fatores individuais. Seguem-se alguns fatores conjugais, familiares e contextuais.

A associação entre a satisfação com o casamento e os traços de personalidade tem sido demonstrada por vários autores (e.g., Blum & Mehrabian, 1999; Hafner & Spence, 1988; Shackelford & Buss, 2000; Rosowsky, King, Coolidge, Rhoades, & Segal, 2012; Stroud, Durbin, Saigal, & Knobloch-Fedders, 2010). Assim, parece que a dependência, a estabilidade emocional, a abertura à experiência (e.g., Shackelford & Buss, 2000), a presença de emoções negativas, a agressividade, a manipulação (e.g., Stroud, et al., 2010) e, o temperamento (e.g., Blum & Mehrabian, 1999) são alguns dos traços de personalidade que podem aumentar ou diminuir o grau de satisfação percebido por um indivíduo relativamente à sua relação marital. Contudo, em relações de longa duração, as diferenças de personalidade que os indivíduos trazem para a relação e que podem influenciar os níveis de satisfação percebida face à mesma, podem ser atenuados (Stroud et al., 2010).

Paralelamente, os distúrbios de personalidade também têm sido relacionados com a satisfação marital. Por exemplo, num estudo sobre a relação entre traços de personalidade e satisfação marital em indivíduos residentes em Chicago, Stroud et al. (2010) concluíram que características, tais como, a paranóia, estavam associadas positivamente com a insatisfação conjugal. Por sua vez, Blum e Mehrabian (1999) desenvolveram um estudo sobre personalidade, temperamento e satisfação marital numa amostra norte-americana, e concluíram que os homens cujas esposas apresentavam uma sintomatologia depressiva e eram submissas, relataram níveis mais elevados de insatisfação conjugal percebida. Outros estudos têm demonstrado uma associação significativa entre a satisfação marital e a sintomatologia depressiva

e ansiosa (e.g., García et al., 2006).

Por sua vez, a satisfação marital também poderá ser menor ou maior, tendo em conta fatores demográficos como: o nível de educação do cônjuge (Blum & Mehrabian, 1999), o sexo (e.g., Fowers, 1991; Zainah, Nasir, Hashim, & Yusof, 2012) e, a idade dos cônjuges (Gorchoff, John, & Helson, 2008). Num estudo desenvolvido por Fowers (1991) sobre as diferenças nos níveis de satisfação marital em função do sexo numa amostra da população geral norte-americana, os homens apresentaram níveis de satisfação conjugal ligeiramente superiores, comparativamente às mulheres do estudo. De igual modo, estes mostraram avaliações mais positivas relativamente ao casamento quando foram avaliadas medidas relacionadas com a gestão financeira do casal, as relações familiares e de amizade e a personalidade do cônjuge (Fowers, 1991).

No entanto, supõe-se que, se um cônjuge se sente maritalmente satisfeito, o outro também tenderá a apresentar níveis de satisfação marital percebida mais elevados. Tal é demonstrado num estudo desenvolvido por Hess (2008) sobre satisfação marital e stresse parental numa amostra de 27 casais ingleses da população geral, casados pela primeira vez. Os participantes do estudo cujas esposas relataram níveis superiores de satisfação conjugal apresentaram, também eles, níveis de satisfação marital mais elevados.

Da mesma forma, diversos estudos concluíram a existência de um conjunto de fatores relacionados com o casamento que podem influenciar os níveis de satisfação marital percebida. Assim, a interação diária (Canel, 2013) e o tipo de comunicação utilizado entre os parceiros (e.g., Bradbury, Fincham, & Beach, 2000; Canel, 2013; Feeney, 2002; Fowers, 1998; Gottman & Silver, 1994; Hasani et al., 2012), têm um papel importante quando estudamos o constructo satisfação conjugal. O apoio que o indivíduo recebe por parte do seu parceiro também é um determinante importante para que o mesmo perceceione o seu casamento como sendo satisfatório ou não (e.g., Bradbury, Fincham, & Beach, 2000; Canel, 2013). Outros fatores relacionados com o casamento tais como, a presença de habilidades por parte dos cônjuges na resolução de conflitos, os sentimentos de amor e o vínculo emocional, o tempo que passam juntos, o grau de insatisfação com a vida sexual e quanto às expetativas de cada um, relacionadas com os papéis de género e de casado(a), também têm sido apontados na literatura (e.g., Bradbury et al., 2000; Feeney, 2002). Características familiares, tais

como, o tipo de família (e.g., Mirecki et al., 2013), o número de filhos (e.g., Blum & Mehrabian, 1999; Hess, 2008; Twenge, Campbell, & Foster, 2003) os rendimentos familiares (e.g., Bradbury et al., 2000; Dakin & Wampler, 2008; Zainah et al., 2012), a estabilidade dos rendimentos e familiar, o sexo e grupo etário do menor (e.g., Onyishi, Sorokwsky, Sorokwska, & Pipitone, 2012) também têm sido relacionados com os níveis de satisfação marital percebida. No que diz respeito às alterações nos níveis de satisfação marital percebida de acordo com o tipo de família, os resultados têm sido contraditórios (Mirecki et al., 2013). Por um lado, alguns estudos têm sugerido que os níveis de satisfação não diferem em função do tipo de família (Booth & Edwards, 1992). Por outro, outros estudos têm encontrado relações entre estas variáveis. Por exemplo, num estudo de análise desenvolvido por Mirecki et al. (2013) sobre as eventuais diferenças existentes nos níveis de satisfação conjugal em função do tipo de família (primeiro ou segundo casamento) e, quais os fatores adicionais que poderiam ajudar a explicar tais diferenças numa amostra norte-americana, concluíram que os grupos que apresentaram níveis de satisfação mais elevados foram os que mantiveram o primeiro casamento, assim como, apresentavam uma maior duração da relação e, níveis de escolaridade mais elevados, comparativamente aos participantes casados pela segunda vez.

Quanto à eventual relação existente entre a satisfação marital e o número de filhos, também encontramos resultados divergentes na literatura. Por exemplo, num estudo em que se averiguou quais eram os preditores dos níveis de satisfação conjugal em casais nigerianos (Onyishi et al., 2012), verificou-se que o número de filhos foi o maior preditor de satisfação marital, seguindo-se a idade da criança e a presença de rendimentos elevados. Segundo os autores a existência de uma associação positiva entre a satisfação marital e o número de filhos, foi surpreendente, sendo que estes resultados não vão ao encontro da maioria das investigações em que encontramos maioritariamente uma relação negativa entre ambas. Por exemplo, numa meta-análise desenvolvida por (Twenge et al., 2003) sobre a parentalidade e a satisfação marital, os casais com filhos apresentaram níveis mais elevados de insatisfação marital (especialmente as mulheres) comparativamente aos casais sem filhos.

Por sua vez, num estudo desenvolvido por Zainah et al. (2012) sobre eventuais diferenças nos níveis de satisfação marital em função das variáveis demográficas

numa amostra malaia, verificou-se que os participantes com mais anos de relação marital e com rendimentos mais elevados (da própria e do cônjuge) apresentaram níveis superiores de satisfação, comparativamente aos participantes com menos anos de relação e com rendimentos inferiores. A este propósito, Dakin e Wampler (2008) referiram que, embora os rendimentos familiares possam apresentar uma relação importante com os níveis de satisfação marital percebidos, para muitos terapeutas, esses não são um fator que seja introduzido na intervenção com os casais, a menos que os mesmos o abordem.

Iremos de seguida debruçarmo-nos sobre o stresse parental e os fatores mais apontados na literatura que possam eventualmente determinar os níveis de stresse que os pais percebem na relação paterno-filial.

2 Stresse parental

Sendo a decisão de se tornar num(a) pai/mãe, talvez a maior e mais permanente na vida de um indivíduo (Twenge et al., 2003), ao longo do seu papel parental, este pode experienciar alegria e prazer, assim como, sentimentos de autoconfiança e competência, consoante a sua capacidade para resolver e atender aos desafios relacionados com a parentalidade. Contudo, devido à heterogeneidade das características das crianças, à complexidade dos processos de desenvolvimento e, às necessidades contínuas inerentes ao processo de cuidar, este é complexo (Crnic & Low, 2002).

A este propósito, Abidin (1990) referiu que as tarefas dos pais muitas vezes são realizadas sem os recursos pessoais e materiais necessários à prática parental e em situações muito exigentes. Deste modo, os comportamentos dos filhos e as tarefas diárias próprias do papel parental podem, por vezes, levar os pais a experienciarem estados de confusão, de irritabilidade ou de frustração, originando situações que podem ser facilmente percebidas como stressantes (Crnic & Low, 2002). Similarmente, para Deater-Deckard (1998) a transição para a parentalidade pode levar os pais a experienciar stresse ao responder ao complexo conjunto de necessidades que a mesma apresenta sobre os seus cuidadores (por exemplo, ao nível da alimentação, do conforto e da atenção requerida pela criança). Ainda no contexto

da transição para a parentalidade, Crnic e Low (2002) referem que, no entanto, nesta nova fase do ciclo vital, o casal pode usufruir de mais atividades realizadas em família e de aumento da quantidade do tempo que passam em conjunto.

De acordo com os estudos efetuados por Belsky sobre a disfunção parental – i.e., baseados na etiologia do abuso e da negligência de crianças, com vista a analisar os determinantes da parentalidade -, os fatores que determinam as relações pais-filho podem ser agrupadas segundo três dimensões: a) características dos progenitores; b) características da criança; e, c) contexto social mais amplo, em que as relações pais-criança se desenvolvem (como seja, as relações conjugais, as redes sociais e as experiências de trabalho) (Belsky, 1984).

Para Webster-Stratton (1990) quer os fatores individuais (e.g., eventos de vida negativos, isolamento, presença de ansiedade e depressão e, consumo de álcool e drogas ilícitas), quer os fatores familiares (e.g., conflitos conjugais, rendimentos económicos baixos, desemprego e, monoparentalidade), têm em comum a presença de stresse e podem afetar o funcionamento parental.

Deater-Deckard (1998) definiu o stresse parental como uma reação psicológica aversiva perante as exigências dos papéis parentais que “é experienciada como sentimentos negativos, acerca do próprio e da criança, sentimentos que são diretamente atribuíveis às exigências da parentalidade” (p.315). Por sua vez, Abidin (1992) caracteriza o stresse parental como sendo um produto das avaliações realizadas por cada pai/mãe no contexto do seu nível de comprometimento nas suas funções parentais. Assim, ainda segundo o autor, a avaliação que os pais/mães fazem dos danos e dos benefícios com que são confrontados na realização do seu papel parental, induz o nível de stresse experienciado pelos mesmos.

Para Crnic e Low (2002) *“há muito que o stresse desempenha um papel importante na compreensão dos processos da parentalidade e, das famílias em geral”* (p. 243). De acordo com estes autores níveis moderados de stresse parental são vistos como um fenómeno relativamente comum e que permite compreender melhor as respostas dos adultos às necessidades dos seus filhos e, portanto, assume uma função adaptativa dentro do sistema familiar. Assim, todas as famílias apresentam níveis de stresse parental, tratando-se de um processo normativo e independente do estatuto socioeconómico dos pais (Crnic & Low, 2002; Deater-Deckard, 1998;), das características dos pais ou da criança (Deater-Deckard, 1998), do apoio social que

auferem (Deater-Deckard, 1998), ou dos fatores situacionais (Crnic & Low, 2002).

Deste modo, o stresse parental não se restringe às famílias de risco ou problemáticas, sugerindo-se que este é concebido pelas tendências naturais das crianças para apresentar situações desafiadoras, a que os pais devem responder (e.g., interromper as suas conversas, pedir atenção, fazer queixas) (Crnic & Low, 2002). Neste sentido, Abidin (1992) referiu que uma experiência parental stressante pode ter uma função facilitadora. Por exemplo, o autor sugeriu que o stresse parental pode ser visto como uma variável que motiva os pais a utilizarem os seus recursos disponíveis no seu papel parental.

No que diz respeito aos níveis de stresse parental experienciado, Crnic e Low (2002) referiram que alguns pais lidam melhor com os desafios que a parentalidade lhes coloca e com os comportamentos das suas crianças, e outros apresentam mais dificuldades ao nível da gestão destes desafios. É, pois, importante diferenciar as perceções que os pais têm das situações vividas no contexto da parentalidade para uma melhor compreensão do stresse parental.

No que se refere à definição do constructo de stresse parental e à sua avaliação, encontrámos pouco consenso entre autores (Reitman et al., 2010; Webster-Stratton, 1990). Neste sentido, Abidin (1990) analisou um conjunto de estudos efetuados com o objetivo de compreender o fenómeno de stresse associado à parentalidade e o desenvolvimento de teorias cada vez mais complexas: 1) trabalhos teóricos e metodológicos orientados para a revisão da literatura e programas de pesquisa em relação ao stresse parental e à interação pais – criança; 2) estudos que revêm quais são os fatores de stresse parental envolvidos em populações de crianças específicas; e, por fim, 3) estudos orientados para a realização de projetos de pesquisa particulares.

Também Deater-Deckard (1998) propôs que, com vista à definição de stresse parental, é necessário ter em conta quatro componentes: (1) a criança e/ou o papel dos pais como causador externo de uma experiência stressante; (2) a avaliação dos pais acerca dos comportamentos da criança e das situações parentais, como sendo stressantes; (3) o efeito do stresse como determinante da interação entre as estratégias de coping parentais e o stresse parental; e, (4) o facto de o stresse parental ter consequências significativas no bem-estar dos pais e das crianças.

De acordo com Crnic e Low (2002) podemos ainda ter em conta duas abordagens diferentes relativamente ao stresse parental: as situações diárias próprias do

processo de cuidar e, portanto, consideradas normais, e o stresse parental mais amplo medido com o Índice de Stresse Parental (PSI), por exemplo, que se foca mais nos aspetos patológicos.

Em 1976, Abidin desenvolveu um modelo baseado inicialmente nos efeitos principais do stresse parental e teve como objetivo primário orientar a construção do Parenting Stress Index (PSI) de Abidin (Abidin, 1990) (Figura 1). Contudo, o modelo teve várias limitações, tais como: a) assumiu que todos os fatores apresentavam igual potencial nos níveis de stresse total; b) não reconheceu adequadamente o elevado número de fatores de personalidade e as perceções dos pais envolvidas numa experiência parental stressante, assim como a interação dos efeitos dos fatores. No entanto, a maioria dos estudos realizados no âmbito do stresse parental é realizada a partir deste paradigma e a sua contribuição na compreensão dos fatores de stresse diários e da parentalidade e o envolvimento do mesmo nas interações pais-criança é relevante (Abidin, 1992) e tem vindo a espalhar-se rapidamente Abidin (1990).

Em seguida, iremos expor os determinantes de stresse parental mais referidos na literatura.

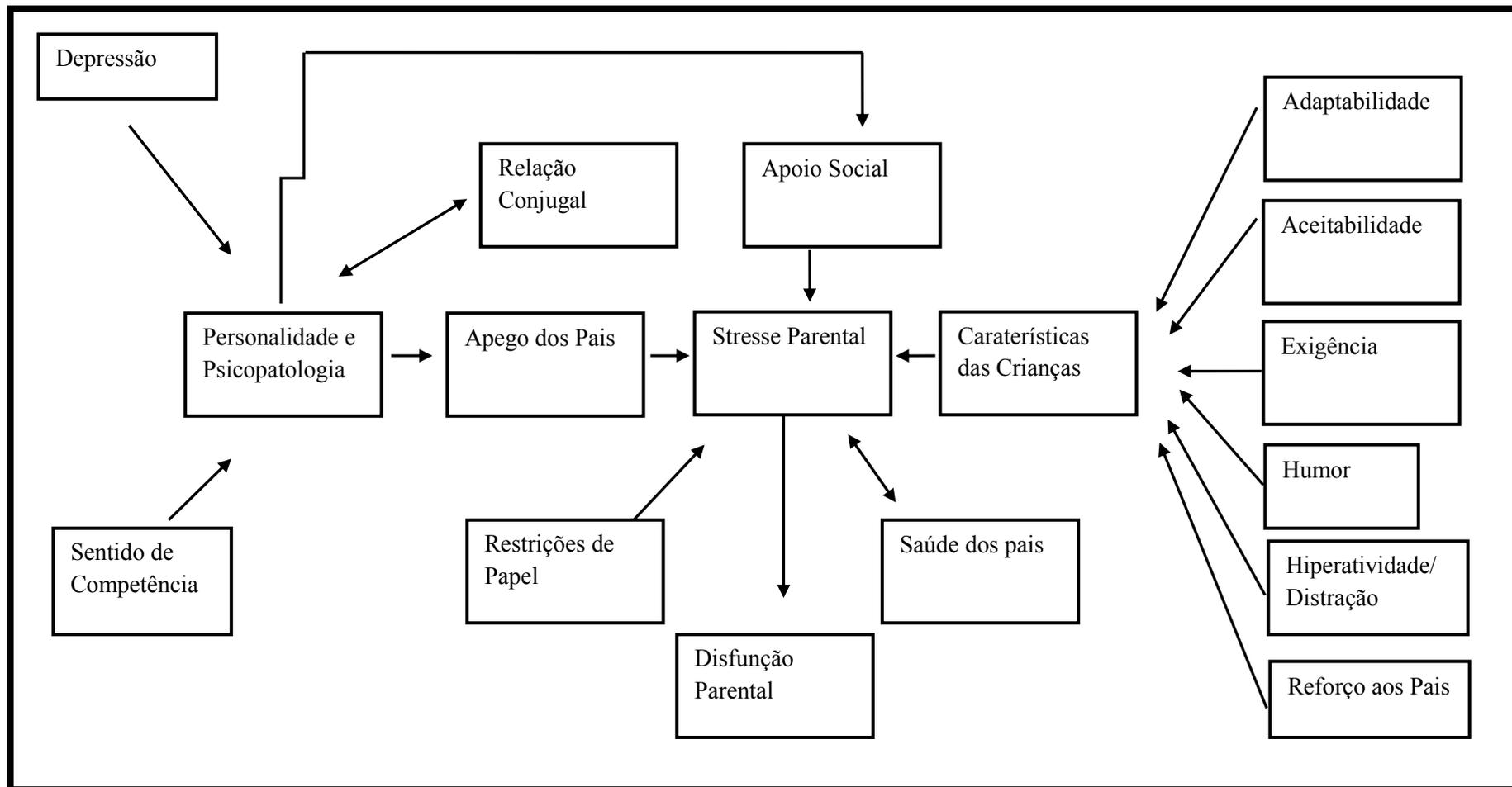


Figura 1. Modelo do stresse parental (Fonte: Abidin, 1992, p. 409)

2.1 Fatores do stresse parental

Como visto anteriormente, o stresse parental é multideterminado (Abidin, 1992; Crnic & Low, 2002; Williford et al., 2007), raramente resulta de situações ou características únicas ou específicas pelo que, os fatores relacionados com as características dos pais, das crianças e do contexto (intra e extrafamiliar) interagem ao longo do tempo de forma complexa e criam condições mais ou menos stressantes no âmbito da parentalidade (Abidin, 1992; Crnic & Low, 2002; Deater-Deckard, 1998).

No que se refere aos fatores relacionados com as características dos pais, fatores como o humor, a autoestima, o investimento psicológico dos pais e as suas características de personalidade podem influenciar o grau de sensibilidade e de manifestação de afeto logo no início da parentalidade (Crnic & Low, 2002). No entanto, os autores defenderam que, para uma melhor compreensão de uma experiência parental stressante há que ter em conta os fatores pré-natais relacionados com os pais, isto é, os fatores anteriores ao nascimento da criança (e.g., níveis de stresse experienciados durante a gravidez, personalidade prévia da mãe e do pai, entre outros) (Crnic & Low, 2002). Ainda, os fatores individuais como o sexo, a idade, a vulnerabilidade ao stresse, as crenças em relação ao desenvolvimento infantil e educação dos filhos (Crnic & Low, 2002), as características de personalidade, e as redes de suporte social disponíveis (Deater-Deckard, 1998; Östberg & Hagekull, 2000) também são relevantes na compreensão da natureza do stresse parental.

Relativamente às redes de suporte social, é de referir que estas tanto podem atenuar o stresse, como aumentá-lo (Belsky, 1984; García, Bernal, & Marín, 2012; Mitchell & Trickett, 1980; Pipp-Siegel, Sedey, & Yoshinaga-Itano, 2002; Rodgers, 1998). Rodgers (1998), num estudo sobre as fontes de stresse e o comportamento materno, concluiu que o apoio social percebido atenuou a associação entre o stresse parental e o comportamento dos pais (i.e., castigavam menos frequentemente os filhos e eram mais consistentes, sensíveis e, calorosos com os mesmos). Por sua vez, num estudo desenvolvido por Raikes e Thompson (2005), com o objetivo de analisar se o suporte social, a autoeficácia, as situações de risco familiares e, a renda familiar afetavam os níveis de stresse parental e constataram que uma proporção significativa de variação no estresse parental foi explicada pelas situações de risco familiar, autoeficácia e, pela interação entre autoeficácia e renda familiar. Neste estudo, o apoio social não foi um preditor significativo dos níveis de stresse

parental. Similarmente, num estudo sobre a relação entre o stresse parental e o apoio social em mães de crianças com dificuldades de aprendizagem numa população chinesa, Pearson e Chan (1993) também não encontraram relações significativas entre estas variáveis, sugerindo a realização de mais estudos que analisem a satisfação com o apoio que é realmente recebido e a qualidade do apoio disponível percebido.

A presença de psicopatologia parental é também considerada um fator que pode dificultar ou impedir o acesso a competências individuais e sociais que diminuem o stresse parental, aumentando, por seu turno, a ocorrência de práticas parentais inadequadas (Deater-Deckard, 1998; Webster-Strantton, 1990). A este propósito, Küçüker (2006) investigou a presença de fatores parentais (presença de depressão, stresse parental e, sentido de competência) e o seu impacto num programa de intervenção precoce para pais turcos de crianças com problemas de desenvolvimento projetado para ensinar competências parentais. Neste estudo, constatou-se a existência de uma relação significativa entre a presença de sintomas depressivos e níveis gerais de stresse parental.

Similarmente, Williford et al. (2007) estudaram um conjunto de variáveis maternas e da criança que eventualmente predizassem os níveis de stresse parental na primeira infância e encontraram relações positivas entre a presença de psicopatologia nas mães e o stresse parental. Assim, as mães de crianças até aos dois anos de idade que apresentaram maiores índices de psicopatologia também apresentaram níveis de stresse parental mais elevados.

No que diz respeito às diferenças relativas ao sexo dos pais, mães e pais podem diferir em alguns aspetos que afetam a sua perceção de stresse, contudo, os níveis de stresse parental percebido não parecem ser substancialmente diferentes entre ambos (Crnic & Low, 2002; Deater-Deckard, 1998; Hartley, Barker, Seltzer, & Greenberg, 2011).

Por sua vez, Östberg e Hagekull (2000) analisaram um conjunto de variáveis sociodemográficas e familiares nos níveis de stresse parental numa amostra da população geral sueca e concluíram que a idade das mães, a carga de horário de trabalho elevado, o baixo apoio social, a perceção que têm do filho como sendo uma criança agitada, os eventos de vida negativos, o descontentamento ao nível das suas funções parentais e o número elevado de filhos, estavam associados positivamente ao stresse parental, sugerindo que estas variáveis contribuem para o aumento do mesmo.

Relativamente às perceções dos pais, Crnic e Low (2002) referiram que é difícil estabelecer qual o papel das crenças e atitudes na determinação das variações dos níveis de

stresse parental e quais as que estão sendo avaliadas para a sua prevenção, uma vez que este parece ser uma percepção parental subjetiva. Assim, nem todos os pais percebem o mesmo comportamento das crianças como sendo stressante. Ao evidenciar-se as claras diferenças existentes entre pais e experiências stressantes é fulcral estudar o papel das crenças e atitudes parentais para melhor compreender o surgimento do stresse parental (Crnic & Low, 2002; Deater-Deckard, 1998). Por exemplo, num estudo sobre as crenças parentais, o stresse parental e as relações de apoio num grupo de norte-americanos casados, Respler-Herman e Mowder (2012) concluíram que a relação entre as crenças parentais e o stresse foi relativamente forte. No geral, um menor stresse parental estava associado a crenças parentais mais positivas sobre a importância de comportamentos parentais, ao passo que níveis superiores de stresse parental experienciado relacionaram-se a crenças parentais mais negativas.

Relativamente aos fatores indutores de stresse parental relacionados com a criança, e atendendo a que os pais possuem vulnerabilidades específicas, importa perceber quais as características da criança que assumem um papel importante numa experiência percebida como stressante para os pais (Crnic & Low, 2002). Ou seja, segundo os autores, importa perceber se existe uma diferença entre problemas de comportamento das crianças percebidos ou Distresse Parental e comportamento “desafiador”, típico ou normal das crianças.

Num estudo sobre o stresse e a competência parental numa amostra espanhola, Padilla, Lara, e Álvarez-Dardet (2010) defenderam que o grau em que o cuidador avalia o seu filho como uma criança difícil é o indicador de âmbito familiar que mais se associa ao stresse parental.

Neste contexto, diversos estudos apontam para a existência de certas características da criança que podem determinar o nível de stresse experienciado pelos pais: as diversas condições problemáticas da infância, tais como, a presença de perturbações do desenvolvimento (Küçüker, 2006; Mash & Johnston, 1990; Moran & Pederson, 1998; Shtayermman, 2013), condições fisiológicas, nomeadamente, Síndrome Nefrótica (Santos, 2002), vulnerabilidade biológica (Robson, 1997) e, psicopatologias infantis (Anastopoulos, Guevremont, Shelton, & DuPaul, 1992; Deater-Deckard, 1998; Eyberg, Boggs, & Rodriguez, 1992; Scher & Mayseless, 2000; Shtayermman, 2013).

A este propósito, num estudo longitudinal sobre os padrões do sono, Scher e Mayseless (2000) avaliaram, numa amostra de mães com crianças ansiosas/ambivalentes, as

características maternas e o contexto de creche, tendo verificado que as mães de crianças ambivalentes, para além de apresentarem um menor nível de escolaridade e índices elevados de ansiedade de separação, experienciaram mais stresse parental do que as mães de crianças seguras. No entanto, estas características acima descritas não são comuns a todas as famílias (Crnic & Low, 2002), pelo que outras características individuais da criança foram apontadas pelos autores como importantes, tornando difícil o cumprimento das funções parentais. São estas: temperamento difícil, sexo, e comportamento da criança. De acordo com os autores as crianças que apresentam temperamento difícil são as que apresentam um humor mais negativo, dificuldades de adaptação, elevada reatividade e forte intensidade emocional. Ainda, os resultados de um conjunto de estudos têm mostrado que a parentalidade relaciona-se com o temperamento da criança (Chang et al., 2004; McBride, Schoppe, & Rane, 2002; Mash & Johnston, 1990; Östberg & Hagekull, 2000; Siqveland, Olafsen, & Moe, 2013). Neste contexto, num estudo sobre a variação nas relações entre características da criança, stresse parental e envolvimento parental, McBride et al. (2002) concluíram que diferentes aspetos do temperamento da criança (sociabilidade, nível de atividade, e intensidade emocional) estavam relacionados com os níveis de stresse parental percebido pelos pais e mães. As mães dos rapazes que reportaram menor intensidade emocional e eram menos ativos, apresentaram níveis mais baixos de stresse parental percebido, ao passo que os pais apresentaram níveis mais baixos de stresse parental quando os filhos eram mais sociáveis (McBride et al., 2002). Ainda, segundo um estudo desenvolvido por Williford et al. (2007), uma maior capacidade das crianças de dois anos de idade para utilizarem estratégias de regulação emocional está associada a níveis mais baixos de stresse dos pais. Por último, Jackson (2000), num estudo com mães solteiras afro-americanas pobres, concluiu que os problemas comportamentais da criança foram o principal preditor do stresse parental, tendo um maior poder explicativo sobre esta variável do que o suporte social reduzido, o desemprego e, a perceção de eficácia baixa. Similarmente, Williford et al. (2007) constataram que existia uma relação positiva entre o comportamento da criança e o stresse parental. Ou seja, níveis mais elevados de problemas de comportamentos de externalização em crianças na primeira infância (e.g., propensão a sentimentos de raiva e desregulação da emoção) prediziam níveis de stresse mais elevados no progenitor. Relativamente às eventuais relações entre a idade dos menores e níveis de stresse parental, os autores encontraram uma relação negativa entre ambas. Isto é, à medida que os menores ficaram mais velhos, o efeito dos problemas de comportamentos de externalização

nas crianças no stresse percebido pelos pais diminuiu. Relativamente ao sexo das crianças, Williford et al. (2007) concluíram que os níveis de stresse parental não diferiam em mães de raparigas e rapazes quando estes tinham dois anos de idade. Contudo, as mães de raparigas apresentaram um declínio nos níveis de stresse percebido. De acordo com as autoras, este pode dever-se ao facto de as raparigas mostrarem um maior decréscimo ou ausência de aumento de comportamentos disruptivos durante a primeira infância, assim como, tendem a desenvolver competências linguísticas e socioemocionais mais cedo do que os rapazes.

Relativamente aos fatores associados ao contexto intra e extra familiar, como referimos anteriormente, estes podem influenciar indiretamente o stresse percebido pelos pais. Segundo Farkas e Valdés (2010), a família e os fatores contextuais assumem especial importância na explicação do estresse materno. E, ainda, circunstâncias ambientais adversas podem aumentar o stresse experienciado nas relações pais-filhos (Mash & Johnston, 1990). São exemplo destes, os rendimentos familiares (Anderson, 2008; Deater-Deckard, 1998; García et al., 2012; Seo & Moon, 2012; Siqveland et al., 2013; Warfield, 2005) e o tipo de família (monoparental ou biparental) (Anderson, 2008; Copeland & Harbaugh, 2005; Kanaheswari, Razak, Chandran, & Ong, 2011; Williford et al, 2007).

Assim, num estudo cujo objetivo foi analisar se as rotinas diárias de crianças coreanas e o stresse parental percebido pelas mães diferiam em função do estatuto socioeconómico, Seo e Moon (2012) concluíram que as mães com rendimentos inferiores apresentaram níveis de stresse parental na dimensão “Criança Difícil” mais elevados do que as mães cujos rendimentos eram mais elevados. Deater-Deckard (1998) também defendeu que a parentalidade é vivida, muitas vezes, como sendo uma experiência mais stressante para os pais que possuem rendimentos mais baixos.

Por sua vez, Copeland e Harbaugh (2005) analisaram eventuais diferenças existentes nos níveis de stresse parental entre mães casadas e mães solteiras e concluíram que as mães solteiras apresentavam mais stresse parental devido à exposição a fatores de stresse ambientais, principalmente nas dimensões “Distresse Parental” e “Criança Difícil”.

As circunstâncias externas ao controlo imediato dos pais, como a pobreza, a perda de um emprego, estatuto socioeconómico, discriminação e apoio social, são fatores que mesmo externos à relação paterno-filial, podem estar relacionados com o stresse percebido (Kennedy, 2012).

Num estudo publicado em 2002, Crnic e Low referiram que fatores relacionados com o

trabalho assumem importantes efeitos na parentalidade e, conseqüentemente, na avaliação de stresse que os pais apresentam. Segundo os autores este é talvez o preditor de stresse parental mais importante relacionado com o contexto extrafamiliar.

Por último, outro fator a ter em conta quando analisamos os níveis de stresse experienciado pelos pais é a relação marital (Belsky, 1984). Como referido, a dimensão da relação conjugal analisada neste estudo é a Satisfação Marital.

3 Relação entre a satisfação marital e o stresse parental

As questões inerentes às eventuais associações existentes entre a relação conjugal e a parentalidade têm vindo a ser foco de várias investigações desde 1980 (Grych, 2002). Embora estas estejam relacionadas, os estudos deverão continuar a explorar a influência que estas têm uma sobre a outra (Grych, 2002). Assim, de acordo com o autor é necessário compreender melhor os fatores que influenciam a força e a direção das associações entre o casamento e a parentalidade. Por um lado, após o nascimento de uma criança, os cônjuges sofrem, por vezes, uma diminuição na satisfação marital, fruto das exigências dos novos papéis (Perren, Von Wyl, Burgin, Simoni, & Von Klitzing, 2005; Purdom, Lucas, & Miller, 2006; Twenge et al., 2003).

Por outro lado, quando os pais enfrentam conflitos no casamento, estes podem relatar níveis de stresse mais elevados em vários aspetos da sua vida, nomeadamente quando interagem com os seus filhos (García et al., 2006). Segundo os autores, se isto acontece, práticas parentais, tais como o apoio e o controlo parental podem não ocorrer ou serem dificultadas. Da mesma forma, quando ocorre o oposto, e os pais se sentem maritalmente satisfeitos, estes tendem a conhecer melhor os seus filhos e a apresentar um grau de consciência superior perante as atividades realizadas por eles. De uma forma geral, podemos sugerir que a relação conjugal pode promover práticas parentais mais funcionais e, conseqüentemente, o desenvolvimento infantil saudável (e.g., García et al., 2006; Grych, 2002; Belsky, 1984).

Relativamente à satisfação marital, esta tem-se associado negativamente à parentalidade, i.e., os pais podem investir mais na sua relação com os filhos quando existe

problemas no casamento ou, pelo contrário, investir menos quando os níveis de satisfação conjugal são elevados (Grych, 2002). No entanto, segundo o autor na maior parte das vezes, sugere-se que, se os pais percecionam o seu casamento como sendo feliz, são mais sensíveis, calorosos e carinhosos quando se relacionam com os seus filhos, bem como, irmão, à partida, percecionam as tarefas relacionadas com a parentalidade como sendo menos stressantes (e.g., García et al., 2006; Hess, 2008). A este propósito, Kwok, Ling, Leung, e Li (2013) desenvolveram um estudo sobre a autoeficácia parental, a satisfação marital e o envolvimento parental numa amostra chinesa, e concluíram que tanto a autoeficácia parental, como a satisfação marital foram preditores significativos do grau em que os pais se envolviam com os seus filhos. Por seu turno, num estudo sobre as relações conjugais, as relações parentais e a sua influência na adaptação psicológica das crianças numa população geral colombiana, García et al. (2006) referiram que quando os pais relatam níveis de satisfação marital mais elevados, os filhos podem apresentar menos comportamentos agressivos e tendência a quebrar regras em contextos variados. De acordo com Kwok et al. (2013) é, pois, importante incrementar os níveis de ambas, na promoção de relações mais saudáveis entre pais e filhos.

Contrariamente, outros estudos têm demonstrado que quando os casais relatam níveis mais baixos de satisfação conjugal, os níveis de stresse parental percebido são mais elevados (e.g., Belsky, 1984; Hess, 2008; Webster-Stratton, 1990), o que pode comprometer o funcionamento dos pais, dos filhos e, da família em geral (Deater-Deckard, 1998).

Tendo em conta a revisão da literatura, iremos de seguida apresentar as questões de investigação, assim como, os objetivos gerais e específicos do presente estudo.

II. QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO E OBJETIVOS DO ESTUDO

II. Questões de investigação e objetivos do estudo

O presente estudo tem como objetivo principal analisar eventuais relações entre variáveis conjugais e parentais, especificamente, entre a Satisfação Marital e o Stresse Parental percebido. Assim, colocamos a seguinte questão de investigação: em que medida uma maior satisfação marital percebida está associada a níveis mais baixos de stresse parental percebido pelas participantes do estudo?

Como **objetivos específicos** consideramos pertinente:

1. Caraterizar as participantes quanto ao seu perfil sociodemográfico e caraterísticas familiares.
2. Investigar os níveis de stresse parental total percebido pelas mães, assim como as dimensões do stresse parental: Distresse Parental, Interação Disfuncional Mãe-Criança e Criança Dificil.
3. Analisar os níveis de satisfação marital global percebida pelas participantes do estudo.
4. Explorar os níveis de satisfação marital e de stresse parental das mães em função das variáveis sociodemográficas e familiares (idade da mãe e do menor, sexo do menor e, ainda, nacionalidade, situação marital, número de filhos, anos de relação, nível de escolaridade, situação laboral, tipo de trabalho, tipo de família, composição do agregado familiar e, proveniência dos rendimentos familiares).
5. Analisar eventuais relações entre os níveis de satisfação marital e os índices de stresse parental percebido pelas participantes.

III. METODOLOGIA

III. Metodologia do estudo

1. Desenho do estudo

Trata-se de um estudo de tipo quantitativo, com um desenho transversal e um modelo correlacional, uma vez que se pretende identificar, descrever e relacionar variáveis e por permitir, observar naturalmente o que se passa no ambiente sem se interferir diretamente com ele (Field, 2009).

2. Participantes

2.1 Técnica de amostragem

Participaram no estudo 120 mães de famílias da população geral, com filhos menores de idade, a residir no agregado familiar.

O tipo de amostragem utilizado foi intencional ou de conveniência. As participantes foram selecionadas tendo em conta os seguintes critérios: a) ser do sexo feminino; b) ter pelo menos um filho menor no agregado familiar (idades compreendidas entre os 0 e os 18 anos de idade); e, c) não ter qualquer filho abrangido por processo tutelar de menores ou em processo de inquérito por CPCJ.

2.2 Caracterização das participantes

Todas as mães que participaram no estudo tinham nacionalidade portuguesa e apresentavam idades compreendidas entre os 21 e os 58 anos de idade ($M = 38,57$; $DP = 7,213$).

No que se refere à situação marital (Figura 2), verificámos que a maioria das mães mantinha uma relação estável, uma vez que 85,8% ($n = 103$) da amostra estavam casadas ou em união de facto. Constatou-se ainda que 13,3% ($n = 16$) encontravam-se separadas ou divorciadas e que somente uma mãe era solteira (0,8%).

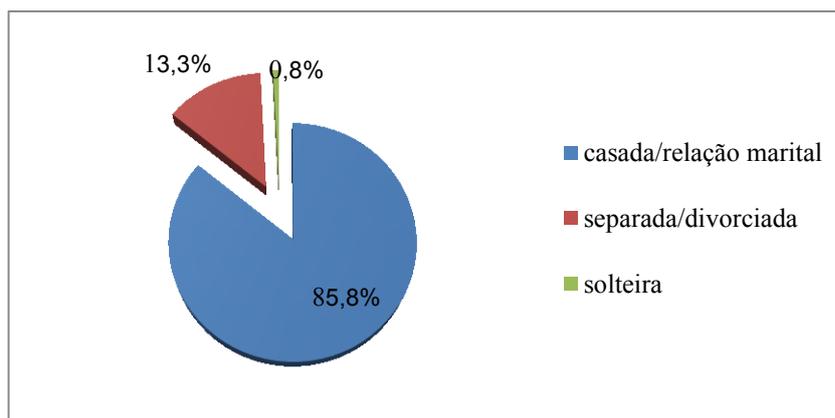


Figura 2. Situação marital das participantes

Na nossa amostra, o número de filhos variou entre 1 e 5 ($M = 1,73$; $DP = 0,67$).

Relativamente aos anos de relação conjugal (ver Tabela 1), observámos que o número de anos na relação marital oscilou entre 2 e 30 anos ($M = 13,04$; $DP = 7,41$).

Tabela 1. Médias, desvios-padrão, mínimos e máximos do número de filhos e anos de relação marital

	N	M	DP	Mínimo	Máximo
Número de filhos	120	1,73	0,67	1	5
Anos de relação marital	103	13,04	7,41	2	30

No que concerne ao nível educativo, 37,5% ($n = 45$) das participantes possuíam estudos universitários, 35% tinha estudos secundários e 19,2% possuía somente a escolaridade básica completa. A percentagem de mães que apresentavam uma escolaridade básica incompleta foi de 8,3% (Figura 3).

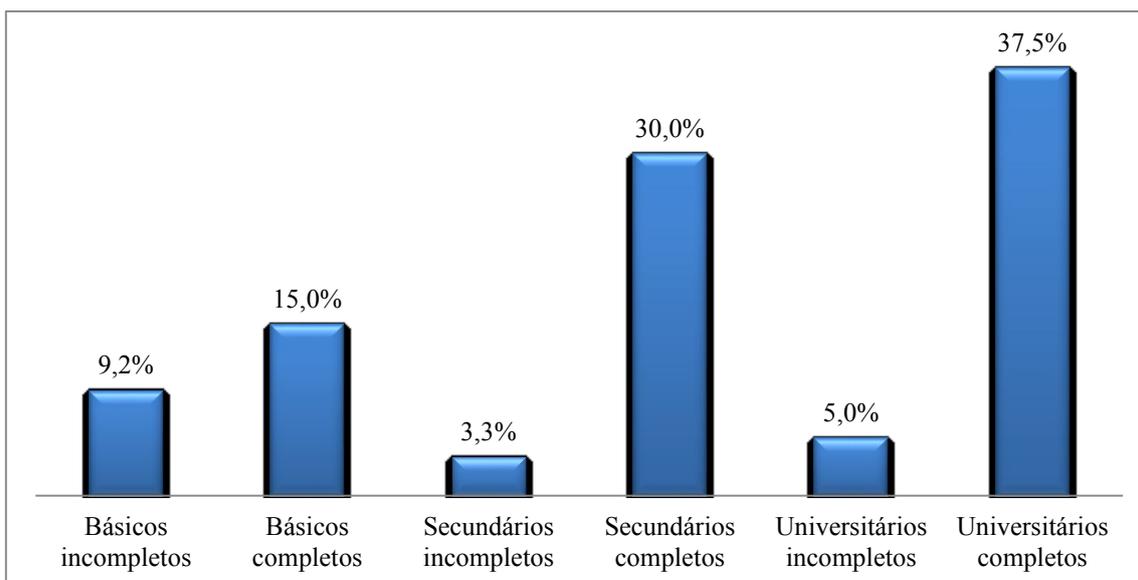


Figura 3. Nível de escolaridade

3. Instrumentos

3.1 Perfil Sociodemográfico (PSD)

Para caracterizar as mães relativamente ao seu perfil sociodemográfico utilizámos o questionário elaborado por Nunes e Lemos (2010), o qual contém questões sobre dados sociais, demográficos e familiares das participantes, tais como: idade, nível de escolaridade, situações familiar, social, económica e laboral.

3.2 ENRICH: Evaluation and Nurturing Relationship Issues, Communication and Happiness - Marital Satisfaction Scale/Short-Form (EMS)

Para avaliar a satisfação global no que diz respeito à relação de conjugabilidade das mães foi utilizada a Escala de Satisfação Marital (EMS; Fowers & Olson, 1993), versão abreviada, traduzida para a população portuguesa por Nunes e Lemos (2010). A escala inclui duas das medidas do Inventário ENRICH: “Satisfação Marital” (SM, 10 itens) e “Distorção Idealizada” (DI, 5 itens), que permitem aceder a duas componentes da satisfação: a real e a percebida, isto é, à satisfação realmente sentida pelas participantes e ao grau de distorção implícito na avaliação subjetiva realizada.

Cada um dos 10 itens de “Satisfação Marital” representa uma das áreas da relação conjugal, incluindo problemas de personalidade, comunicação, atividades de lazer, resolução de conflitos, gestão da situação financeira e dos papéis familiares, relacionamento sexual, relações familiares e de amizade e orientação religiosa. Relativamente à dimensão “Distorção Idealizada”, podemos verificar algum grau de distorção implícito na avaliação subjetiva nas respostas a itens como, por exemplo: “*A nossa relação é perfeita*”; ou, “*Nunca me arrependi da minha relação com o meu marido, nem sequer por um momento*”.

As opções de resposta da EMS/SF são de tipo discreto de analogia visual em que 1 = “Não, totalmente em desacordo”, 2 = “Em desacordo”, 3 = “Não tenho a certeza”, 4 = “De acordo” e, por último, 5 = “Totalmente de acordo”. Os pontos obtidos possíveis para cada item variam, assim, de 1 a 5, sendo que as pontuações totais podem variar entre 15 a 45 pontos.

A pontuação total (EMS) obtém-se recorrendo à seguinte fórmula: $EMS = SM - [(SM \times 0,57) \times (DI \times 0,01)]$; em que o valor do fator de correção (valor sombreado) obtém-se elevando ao quadrado o coeficiente de correlação existente entre as dimensões SM e DI. No nosso estudo o valor do r de Pearson foi de 0,752 e assim, o fator de correção correspondeu a 0,57.

Quanto à consistência interna Fowers e Olson (1993) descreveram índices alfa de 0,86. No nosso estudo o valor de alfa é de 0,915 para a Satisfação Marital global.

3.3 Parenting Stress Index – Short Form (PSI/SF)

A versão utilizada no presente estudo (Anexo 1) é a versão abreviada do Parenting Stress Index de Abidin (Abidin, 1990) baseado no modelo teórico dos determinantes do comportamento parental disfuncional de Abidin (Abidin, 1992; Santos, 2003) e validada para a população portuguesa por Lemos e Nunes (2010). O instrumento é composto por 36 itens do Tipo discreto de analogia visual (com cinco opções de resposta: 1 = “Discordo totalmente”, 2 = “Discordo”, 3 = “Não tenho a certeza”, 4 = “Concordo” e, 5 = “Concordo totalmente”).

O objetivo da presente escala é o de avaliar o índice de stresse parental total que uma pessoa pode experienciar no seu papel de mãe/pai e é constituída por três subescalas:

“Distresse Parental” (DP, 12 itens) que pretende quantificar o nível de stresse que decorre de fatores pessoais, tais como conflito com o(a) parceiro(a) ou presença de depressão e o nível de restrições à vida relacionadas com as responsabilidades respeitantes à parentalidade (e.g., *Sinto-me descontente com as últimas roupas que comprei para mim.*); “Interação Disfuncional Pai/Mãe-Criança” (IDPC, 12 itens) que indica o grau de Aceitação e o Reforço aos Pais, isto é, em que medida as crianças cumprem ou não as expectativas dos pais (e.g., *O meu filho tem muita dificuldade e leva muito tempo a adaptar-se a coisas novas.*) e, o sentimento dos mesmos quanto ao reforço atingido, ou não, através da interação com a criança, respetivamente; e, por fim, “Criança Difícil” (CD, 12 itens) que diz respeito a algumas características da criança, como seja, a Maleabilidade de Adaptação, a Exigência e o Humor (e.g., *Parece-me que o meu filho chora mais e faz mais barulho do que a maioria das crianças.*). Assim sendo, o PSI não constitui uma escala de diagnóstico da criança, mas uma escala que pretende compreender as relações entre os pais e os seus filhos.

O PSI-SF permite ainda avaliar o grau em que a mãe tenta negar ou minimizar os problemas (Respler-Herman & Mowder, 2012) através da análise do resultado da Resposta Defensiva (Santos, 2003).

A sua aplicação destina-se a mães/pais que tenham filhos com idades preferencialmente compreendidas entre os 0 e os 12 anos de idade e pode ser administrada em formato de autorresposta.

Abidin (1995) descreveu índices alfa de 0,91 para a escala de Stresse Total, 0,87 para a subescala “Distresse Parental”, 0,80 para a subescala Interação Disfuncional Pai/Mãe-Criança e 0,85 para a subescala “Criança Difícil”. Os índices alfa obtidos na amostra do nosso estudo são de 0,89 para o Stresse Parental Total, 0,85 para o Distresse Parental, 0,73 para a Interação Disfuncional Pai/Mãe-Criança e 0,81 para a dimensão Criança Difícil.

Como podemos verificar na Tabela 2, as dimensões avaliadas no presente estudo, os instrumentos utilizados para o efeito, e as suas características, são os seguintes:

Tabela 2. Dimensões avaliadas, instrumentos e suas características

Dimensão		Instrumento	Caraterísticas
Individual	Relação do casal: satisfação marital	EMS (Fowers & Olson, 1993)	Autoaplicável (15 itens)
	Stresse associado à parentalidade	PSI (Abidin, 1990)	Autoaplicável (36 itens)
Familiar		Questionário Sociodemográfico para pais (Nunes & Lemos, 2010)	Entrevista

4. Procedimentos

4 Recolha dos dados

Primeiramente foram explicados os objetivos gerais do estudo no âmbito global da investigação e foram obtidos os consentimentos informados das mães para a recolha dos dados. Posteriormente, foram explicadas as questões de confidencialidade e anonimato, assim como foi salientado que, a qualquer momento, poderiam desistir se assim o desejassem. Por último, procedemos à aplicação dos instrumentos.

É de referir que os instrumentos aplicados estavam integrados num protocolo de testes destinado a um estudo mais alargado realizado por uma equipa de investigação da Universidade do Algarve sobre validação de instrumentos para utilização com famílias de risco. A aplicação do protocolo foi efetuada através de entrevista às mães na sua habitação e de questionários. O tempo médio de aplicação foi de 60 minutos.

4.2 Tratamento e análise dos dados

Os dados recolhidos foram codificados e tratados estatisticamente através do programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 17.0.

Num primeiro momento, recorreremos aos seguintes métodos de estatística descritiva: frequências absolutas e relativas, médias, desvio-padrão e medianas.

Posteriormente, recorreremos a métodos de estatística inferencial, sendo que realizámos

comparações de médias, com recurso a testes paramétricos *t* de Student e a testes não paramétricos *Mann-Whitney* e *Kruskal-Wallis*. As relações de associação existentes foram estabelecidas com recurso ao coeficiente *r* de Pearson ou ao coeficiente *r_s* de Spearman dependendo da natureza métrica das variáveis. Nos testes paramétricos, o efeito foi calculado com a seguinte equação: $r = \sqrt{\frac{t^2}{t^2 + df}}$; em que *t* corresponde ao *t* de Student e *df* representa os graus de liberdade, ambos fornecidos pelo SPSS. Nos testes não-paramétricos, a magnitude do efeito calculou-se mediante a seguinte fórmula: $r = \frac{Z}{\sqrt{N}}$; sendo que *Z* representa o *Z*-score que o SPSS produz e *N* corresponde-se ao tamanho da amostra que o *Z* está baseado.

O nível de significância considerado foi de *p* inferior a 0,05.

IV. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

IV. Apresentação dos Resultados

Primeiramente serão apresentados os resultados obtidos relativamente às características sociodemográficas e familiares das participantes.

De seguida, iremos debruçar-nos sobre os níveis de satisfação marital e de stresse parental percebidos e analisaremos as diferenças nos níveis das dimensões avaliadas em função dos dados sociodemográficos e familiares. Segue-se a análise das correlações existentes entre as escalas e suas dimensões, entre as características sociodemográficas e familiares e os níveis de satisfação marital, assim como, analisamos as associações entre as características sociodemográficas e os níveis de stresse parental (bem como, ao nível das suas subescalas). Por último, iremos apresentar os resultados obtidos no que diz respeito às relações existentes entre as duas dimensões avaliadas no nosso estudo, i.e., Satisfação Marital e Stresse Parental e subescalas correspondentes.

1. Características sociodemográficas na amostra

Na Figura 4, podemos observar a categorização da amostra segundo a sua situação laboral, bem como, o tipo de trabalho.

No que concerne à situação laboral, 82,5% (n = 99) das mães encontravam-se empregadas, sendo que 20,8% das participantes (n = 25) possuíam um trabalho de baixa qualificação, 26,7% (n = 32) tinham um trabalho de média qualificação e 39,2% (n = 42) apresentavam um trabalho de alta qualificação.

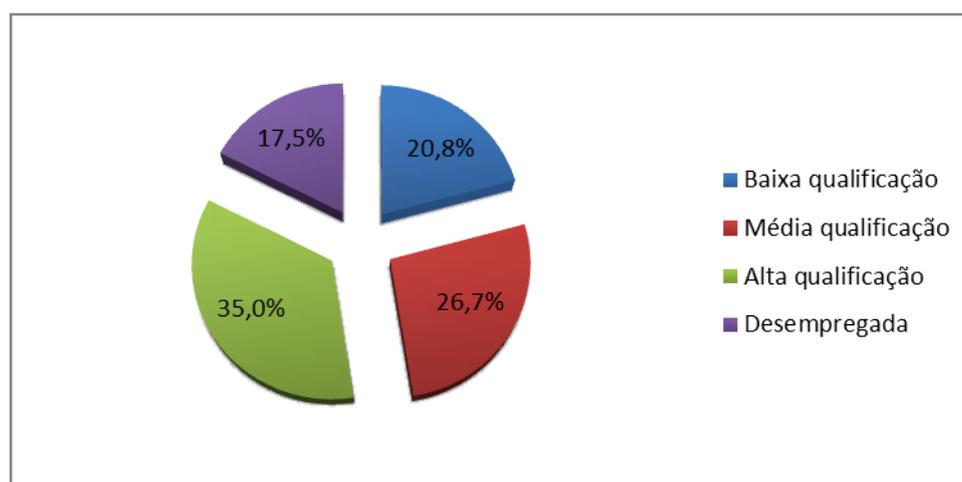


Figura 4. Situação Laboral

Na Tabela 3, verificamos que a maioria das participantes empregadas possuíam um trabalho regular (n = 87; 87,9%) e 81,8% (n = 81) usufruíam de contrato de trabalho.

Tabela 3. Regularidade e contrato de trabalho

	Regularidade		Contrato	
	N	%	N	%
Sim	87	87,9%	81	81,8%
Não	12	12,1%	18	18,2%
Total	99	100,0%	99	100,0%

2. Caraterísticas familiares na amostra

Seguidamente são apresentadas as caraterísticas familiares das participantes, ou seja, o tipo de família, composição do agregado familiar e, ainda, a proveniência dos rendimentos familiares.

Quanto à estrutura familiar 96,7% das participantes (n = 116) viviam em famílias estáveis (i.e., sem alterações no agregado familiar).

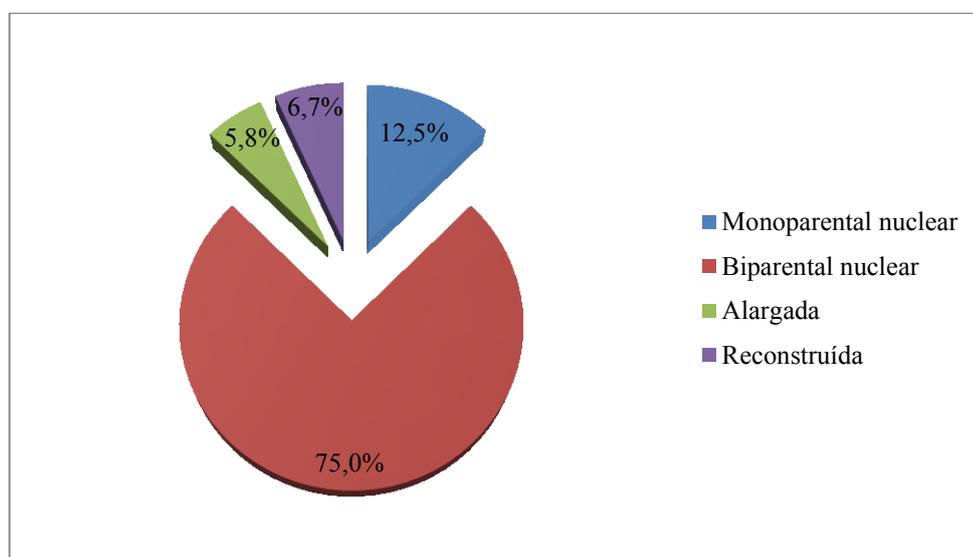


Figura 5. Tipo de família

No que se refere ao tipo de família (Figura 5), 75,0% das famílias (n = 90) eram do tipo biparental nuclear. Segue-se as famílias do tipo monoparental (n = 15; 12,5%), reconstruída (n = 7; 5,8%) e, por último, as famílias alargadas com 6,7% (n = 8) da amostra.

Relativamente à composição do agregado familiar podemos verificar que as famílias eram constituídas, em média por 3,65 pessoas, em que o número de pessoas variou de 2 a 7 pessoas e o desvio-padrão foi igual a 0,91 (Tabela 4).

O número de menores inseridos no agregado familiar variou entre 0 e 4 menores de 18 anos (DP = 0,62) e entre 0 e 2 menores de 14 anos (DP = 0,68). Em média, as famílias das mães entrevistadas eram compostas por 1,43 menores de 18 anos e 1,08 menores de 14 anos.

Ainda na Tabela 4, observamos que o número de pessoas na família alargada oscilou entre 0 e 3 indivíduos (M = 0,12; DP = 0,49).

Tabela 4. Médias, desvios-padrão, mínimos e máximos da composição do agregado familiar

	N	M	DP	Mínimo	Máximo
Número de pessoas que convivem no lar	120	3,65	0,91	2	7
Menores de 18 anos no agregado familiar	120	1,43	0,62	0	4
Menores de 14 anos no agregado familiar	120	1,08	0,68	0	2
Número de pessoas na família extensa	120	0,12	0,49	0	3

Na amostra do nosso estudo, 107 participantes (45,1%) contribuíam para os rendimentos familiares e 41,8% diziam respeito aos rendimentos do marido e/ou companheiro. Ainda na Figura 6, observamos que os pais e/ou sogros e os filhos¹ contribuíam 3,8% e 8,4% para os rendimentos familiares, respetivamente; enquanto que somente duas mães referiram que recebiam apoio social² (0,9%).

¹ Corresponde aos abonos familiares e às pensões de alimentos.

² Rendimento Social de Inserção.

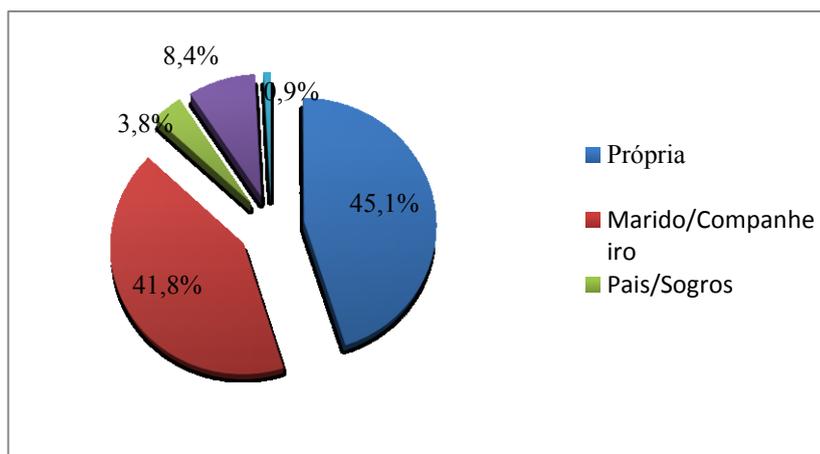


Figura 6. Proveniência dos rendimentos familiares das participantes

Os rendimentos familiares variaram entre € 420 e € 6000 ($M = 1615,73$; $DP = 954,73$). Em média, as mães recebiam, mensalmente, € 887,45 relativos ao trabalho, onde os valores situaram-se entre os € 100 e os € 3000 mensais e a dispersão das respostas correspondeu a 472,26 (Tabela 5).

Tabela 5. Médias, desvios-padrão, mínimos e máximos dos rendimentos

	N	M	DP	Mínimo	Máximo
Rendimentos laborais da própria	81	887,45	472,66	100	3000,00
Rendimentos familiares	98	1615,73	954,73	420	6000,00
Número de rendimentos combinados	120	1,98	0,59	1	4,00

3. Características da satisfação marital e do stresse parental

Nesta secção, exploramos os níveis de satisfação marital, como também, de stresse parental, e das respetivas subescalas Distresse Parental, Interação Disfuncional Mãe-Criança e Criança Difícil. Deste modo, apresentamos, de seguida, as estatísticas descritivas de cada dimensão.

3.1 Níveis de satisfação marital.

Em média, as mães apresentaram um nível de satisfação marital de 34,96 valores (DP = 5,55). Os valores obtidos pelas mães do nosso estudo oscilaram entre 20,16 e 43,97 (Tabela 6).

Tabela 6. Níveis de satisfação Marital (EMS)

	N ³	M	DP	Mínimo	Máximo
Satisfação Marital	103	34,96	5,55	20,16	43,97

3.2 Níveis de stresse parental

Como podemos observar na Tabela 7, constata-se uma grande amplitude nas respostas às subescalas Distresse Parental, Interação Disfuncional Pais-Criança e Criança Difícil (entre 12 e 121). Em média as mães reportaram um índice de stresse parental total de 75,03 (DP = 15,93), em que o valor mínimo foi de 37 e o valor máximo de 121 pontos.

Quanto aos níveis de distresse parental observamos uma amplitude de respostas entre 12 e 45 pontos (M = 26,52; DP = 7,41). O valor médio de pontuação obtida na subescala Interação Disfuncional Pais-Criança foi de 23,31 (DP = 5,31, Amp= 12 - 44). Por último, no que diz respeito à Criança Difícil podemos verificar que os níveis obtidos variaram entre 12 - 43 pontos (M = 25,20; DP = 7,17).

Tabela 7. Níveis de Stresse Parental (PSI) e das suas subescalas (N = 120)

	M	DP	Mínimo	Máximo
Stresse Parental total	75,03	15,93	37,00	121,00
Distresse Parental	26,52	7,41	12,00	45,00
Interação Disfuncional Pais-Criança	23,31	5,31	12,00	44,00
Criança Difícil	25,20	7,17	12,00	43,00

3 Este instrumento foi preenchido apenas por mães casadas ou em união de facto, totalizando, assim, 103 participantes.

Na Figura 7 podemos observar que 18,3% das mães relataram índices clínicos de stresse parental, uma vez que as pontuações obtidas foram superiores a 90 pontos, segundo (Abidin, 1995) e que 10,8% (n = 13) relataram índices elevados de stresse parental, (ou seja, valores entre os 85-90 segundo a mesma autora). No nosso estudo, 70,8% das mães (n = 85) relataram índices de stresse parental considerados normais (< 85).

Relativamente à subescala Distresse Parental, os resultados obtidos foram de 22,5 % (n = 27) para índices elevados de distresse parental (> 30) e de 77,5% (n = 93) para índices baixos (< 30).

Quanto à Interação Disfuncional Mãe - Criança, 7,5% (n = 9) das mães relataram índices elevados de disfunção na interação com a sua criança e 92,5% (n = 111) relataram índices inferiores a 30, ou seja, índices baixos.

Por último, no que diz respeito à dimensão Criança Difícil 25,8% (n = 31) das mães que participaram no nosso estudo relataram índices elevados de stresse relativamente ao seu papel parental e 74,2% (n = 89) relataram índices baixos (< 30).

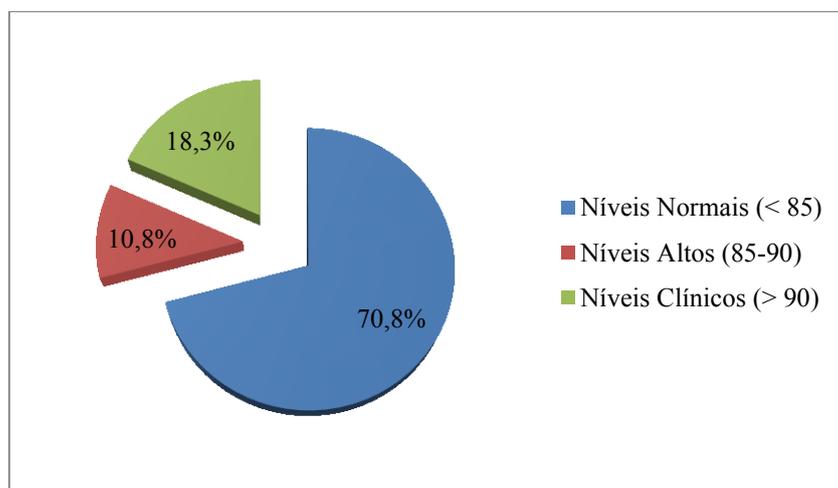


Figura 7. Níveis de stresse parental das participantes

O Stresse Parental total surge significativamente e positivamente associado ao Distresse Parental ($r(120) = ,784$; $p = ,000$), à Interação Disfuncional Mãe-Criança ($r(120) = ,813$; $p = ,000$) e à Criança Difícil ($r(120) = ,811$; $p = ,000$). Relativamente à magnitude das correlações, verificamos que variam entre o forte e o muito forte, visto que os valores do r de Pearson são superiores a 0,60.

Relativamente às relações existentes entre as subescalas do instrumento PSI,

verificamos que o Distresse Parental surge significativa e positivamente associado com a Interação Disfuncional Mãe-Criança ($r(120) = ,471$; $p = ,000$) e com a Criança Difícil ($r(120) = ,360$; $p = ,000$), sendo a primeira uma associação moderada ($,40 < r < ,60$), porém fraca na segunda, já que o r de Pearson é inferior a 0,40.

No que concerne às relações existentes entre as subescalas Interação Disfuncional Mãe-Criança e Criança Difícil verificamos que a primeira se correlaciona significativa e positivamente com a segunda ($r(120) = ,580$; $p = ,000$), sendo a associação de natureza moderada (Tabela 8).

Tabela 8. Correlações entre o stresse parental (PSI) e as suas subescalas (N = 120)

	Stresse Parental (Pontuação Total)	Distresse Parental	Interação Disfuncional Pais-Criança	Criança Difícil
Stresse Parental (Pontuação Total)	–	,784^{***}	,813^{***}	,811^{***}
Distresse Parental		–	,471^{***}	,360^{***}
Interação Disfuncional Mãe-Criança			–	,580^{***}
Criança Difícil				–

* $p < ,05$; ** $p < ,01$; *** $p < ,001$; # $p < ,10$

4. Diferenças nos níveis de satisfação marital e de stresse parental em função das características sociodemográficas e familiares

Na presente secção apresentamos as diferenças encontradas ao nível da Satisfação Marital e do Stresse Parental e respetivas subescalas Distresse Parental, Interação Disfuncional Mãe-Criança e Criança Difícil em função das Variáveis Sociodemográficas e Familiares.

Para analisar eventuais diferenças entre os grupos recorreremos ao teste paramétrico t de Student e aos testes não-paramétricos de *Mann-Whitney* e de *Kruskal-Wallis* consoante o tamanho dos grupos.

Assim sendo, apresentamos de seguida as tabelas com as médias, os desvios-padrão, os valores do respetivo teste paramétrico ou não-paramétrico utilizado, como ainda, os

valores de significância (p) e efeito (r)⁴.

Tabela 9. Comparação das médias nas dimensões Satisfação Marital e Stresse Parental segundo a situação laboral, teste *Mann-Whitney*, significância e magnitude do efeito tipo *r*

	Empregada (n = 99)	Desempregada (n = 21)	U⁵	p	r
	M (DP)	M (DP)			
Stresse Parental total	74,61 (15,80)	77,52 (16,89)	938,00	,265	-,058
Distresse Parental	26,37 (7,45)	27,29 (7,51)	942,00	,274	-,056
Interação Disfuncional Pais-Criança	23,13 (5,25)	24,19 (5,73)	919,50	,224	-,070
Criança Difícil	25,11 (7,18)	26,05 (7,14)	943,50	,277	-,055
Satisfação Marital	35,07 (5,43)	34,45 (6,33)	760,00	,405	-,024
	Regular (n = 87)	Irregular (n = 12)	U	p	r
	M (DP)	M (DP)			
Stresse Parental total	73,90 (15,45)	78,83 (17,98)	426,00	,154	-,103
Distresse Parental	25,69 (6,86)	31,17 (9,61)	341,00	,026	-,195
Interação Disfuncional Pais-Criança	23,16 (5,33)	22,83 (4,59)	507,00	,438	-,016
Criança Difícil	25,05 (7,27)	24,83 (6,97)	519,00	,488	-,003
Satisfação Marital	35,38 (5,08)	33,11 (7,13)	338,00	,203	-,092
	Com Contrato (n = 81)	Sem Contrato (n = 18)	U	p	r
	M (DP)	M (DP)			
Stresse Parental total	74,51 (15,40)	74,44 (17,77)	674,00	,311	-,050
Distresse Parental	26,06 (7,44)	27,67 (7,36)	604,00	,130	-,114
Interação Disfuncional Pais-Criança	22,84 (4,92)	24,39 (6,45)	640,50	,213	-,081
Criança Difícil	25,60 (7,27)	22,39 (6,40)	543,00	,046	-,170
Satisfação Marital	35,31 (5,16)	34,03 (6,50)	454,50	,234	-,080

Relativamente à Satisfação Marital (Tabela 9), não observamos diferenças estatisticamente significativas em função da situação laboral.

Quanto ao Distresse Parental, como podemos verificar, existiram diferenças significativas ($U = 341,00$; $z = -1,94$; $p = ,026$; $r = -,195$) quanto à regularidade do trabalho (Tabela 10). No entanto, o tamanho do efeito foi pequeno ($r < ,30$). Deste modo, as mães

⁴ Os valores de $\pm 0,1$ correspondem a um efeito pequeno; os valores $\pm 0,3$ traduzem um efeito moderado; e, por último, os valores $\pm 0,5$ representam um efeito grande (Field, 2009).

⁵ Teste não-paramétrico de *Mann-Whitney*.

cujo trabalho era irregular (Mdn = 27,00) revelaram um maior distresse parental do que mães com trabalhos regular (Mdn = 25,00).

Ainda na Tabela 9, podemos observar que existiram diferenças significativas ao nível da escala Criança Difícil ($U = 543,00$; $z = -1,69$; $p = ,046$; $r = -,170$) no que diz respeito à situação de contrato laboral, embora este efeito seja pequeno (r inferior a 0,30). Assim, as mães que tinham contrato laboral (Mdn = 25,00) apresentaram pontuações superiores na subescala Criança Difícil comparativamente às mães que encontravam-se sem contrato laboral (Mdn = 21,50).

No que se refere ao tipo de trabalho (Tabela 10), verificamos que não existiram diferenças significativas tanto na Satisfação Marital, como nas dimensões do Stresse Parental entre os diferentes grupos.

Tabela 10. Comparação das médias nas dimensões Satisfação Marital e Stresse Parental em função do tipo de trabalho, teste *Kruskal-Wallis*

	Baixa Qualificação (n = 25)	Média Qualificação (n = 32)	Alta Qualificação (n = 42)	H ⁶	p
	M (DP)	M (DP)	M (DP)		
Stresse Parental total	74,00 (17,39)	75,56 (16,63)	73,98 (14,37)	,158	,924
Distresse Parental	26,52 (8,89)	27,09 (6,92)	25,69 (6,92)	2,016	,365
Interação Disfuncional Pais-Criança	23,52 (5,34)	24,03 (5,77)	22,19 (4,67)	2,763	,251
Criança Difícil	23,96 (7,89)	24,44 (7,25)	26,10 (6,75)	1,913	,384
Satisfação Marital	33,86 (6,18)	34,42 (5,01)	36,25 (5,06)	2,970	,226

No que diz respeito à Satisfação Marital das mães (Tabela 11), constatamos que não existiram diferenças significativas nesta variável segundo a estabilidade dos rendimentos familiares.

Podemos observar diferenças significativas no Stresse Parental (Pontuação Total) ($U = 1032,50$; $z = -1,76$; $p = ,039$; $r = -,161$) e no Distresse Parental ($U = 977,00$; $z = -2,10$; $p = ,018$; $r = -,192$) em função da estabilidade dos rendimentos familiares. A magnitude do

⁶ Teste não paramétrico de *Kruskal-Wallis*.

efeito de ambas foi pequena ($r < ,30$).

Assim sendo, no Stresse Parental total, as mães cujos rendimentos familiares eram estáveis ($Mdn = 72,00$) apresentaram índices inferiores comparativamente às mães de famílias em que os rendimentos familiares eram instáveis ($Mdn = 77,00$).

Observando ainda a Tabela 11, podemos verificar que as mães que tinham rendimentos instáveis ($Mdn = 28,00$) também apresentaram índices superiores de Distresse Parental do que as mães que tinham rendimentos familiares estáveis ($Mdn = 25,00$).

Além disso, observamos um efeito de pequena magnitude, porém não significativo, na dimensão Interação Disfuncional Mãe-Criança ($U = 1060,50$; $z = -1,59$; $p = ,056$; $r = -,145$), onde as mães com rendimentos familiares instáveis ($Mdn = 24,00$) apresentaram níveis mais elevados do que as mães cujos rendimentos eram estáveis ($Mdn = 22,00$).

Tabela 11. Comparação das médias nas dimensões Satisfação Marital e Stresse Parental segundo a estabilidade dos rendimentos familiares, teste *Mann-Whitney*, significância e magnitude de efeito tipo *r*

	Estável	Instável	U	p	r
	(n = 91)	(n = 29)			
	M (DP)	M (DP)			
Stresse Parental total	73,66 (15,43)	79,31 (17,00)	1032,50	,039	-,161
Distresse Parental	25,64 (6,67)	29,28 (8,93)	977,00	,018	-,192
Interação Disfuncional Pais-Criança	22,93 (5,28)	24,48 (5,33)	1060,50	,056	-,145
Criança Difícil	25,09 (7,25)	25,55 (7,04)	1256,50	,351	-,035
Satisfação Marital	35,32 (5,25)	33,38 (6,66)	697,50	,198	-,084

Na Tabela 12, observamos diferenças significativas na Satisfação Marital segundo o tipo de família ($U = 105,00$; $z = -3,39$; $p = ,000$; $r = -,334$), com um efeito de magnitude moderada, já que o valor do *r* situa-se entre os 0,30 e os 0,50. Assim, as mães de famílias biparentais nucleares ($Mdn = 35,90$) apresentam uma satisfação marital significativamente maior do que as mães de famílias biparentais reconstituídas ($Mdn = 26,11$).

Tabela 12. Comparação das médias nas dimensões Satisfação Marital e Stresse Parental segundo o tipo de família, teste *Mann-Whitney*, significância e magnitude de efeito tipo *r*

	Monoparental⁷	Biparental	U	p	r
	(n = 17)	(n = 103)			
	M (DP)	M (DP)			
Stresse Parental total)	78,94 (15,97)	74,38 (15,91)	697,00	,091	-,123
Distresse Parental	28,41 (7,66)	26,20 (7,35)	678,00	,069	-,136
Interação Disfuncional Pais-Criança	24,82 (5,04)	23,06 (5,33)	688,00	,079	-,129
Criança Difícil	25,71 (8,42)	25,12 (6,99)	829,50	,366	-,032
	Biparental Nuclear	Biparental Reconstituída			
	(n = 95)	(n = 8)			
	M (DP)	M (DP)	U	p	r
Satisfação Marital	35,66 (4,93)	26,74 (6,24)	105,00	,000	-,334

Na Tabela 13, verificamos que as mães de famílias alargadas não diferiram significativamente daquelas cujas famílias não eram alargadas quanto à Satisfação Marital e, ao Stresse Parental, às suas respetivas subescalas Distresse Parental, Interação Disfuncional Mãe-Criança e Criança Difícil.

Tabela 13. Comparação das médias nas dimensões Satisfação Marital e Stresse Parental em função o tipo de família, teste *Mann-Whitney*, significância e magnitude de efeito tipo *r*

	Alargada	Não Alargada	U	p	r
	(n = 7)	(n = 113)			
	M (DP)	M (DP)			
Stresse Parental total	75,00 (14,41)	75,03 (16,08)	374,50	,410	-,021
Distresse Parental	26,86 (3,13)	26,50 (7,60)	338,50	,266	-,058
Interação Disfuncional Pais-Criança	21,86 (5,15)	23,40 (5,33)	328,50	,231	-,069
Criança Difícil	26,29 (8,20)	25,13 (7,14)	361,50	,355	-,035
Satisfação Marital	37,48 (2,77)	34,84 (5,64)	182,00	,173	-,095

Quanto ao sexo do menor (Tabela 14), podemos observar que as mães de rapazes não diferiram significativamente das mães de raparigas relativamente à Satisfação Marital.

Ainda na Tabela 14, existiram diferenças estatisticamente significativas no Distresse Parental ($t = 2,088$; $df = 118$; $p = ,039$; $r = ,189$), sendo que as mães de raparigas ($Mdn =$

⁷ Não se procedeu ao teste *Mann-Whitney* na Satisfação Marital, visto que as mães de famílias monoparentais eram automaticamente excluídas da aplicação do EMS.

27,93) apresentaram um maior distresse parental do que as mães de rapazes (Mdn = 25,15). No entanto, o tamanho do efeito foi pequeno ($r < ,30$).

Tabela 14. Comparação das médias nas dimensões Satisfação marital e Stresse Parental em função do sexo do menor, teste *t* de *Student*

	Rapaz (n = 61)	Rapariga (n = 59)	<i>t</i> ⁸	<i>p</i>	<i>r</i>
	M (DP)	M (DP)			
Stresse Parental total	72,90 (14,59)	77,22 (17,06)	1,492	,138	,136
Distresse Parental	25,15 (7,01)	27,93 (7,60)	2,088	,039	,189
Interação Disfuncional Pais-Criança	22,66 (4,97)	23,98 (5,60)	1,374	,172	,126
Criança Difícil	25,10 (6,85)	25,31 (7,55)	,157	,875	,014
Satisfação Marital	34,79 (5,36)	35,15 (5,80)	,321	,749	,032

Quanto ao grupo etário do menor (Tabela 15), verificámos que não existiram diferenças estatisticamente significativas nos níveis de satisfação marital em função do grupo etário do menor.

Como podemos constatar, existiram diferenças significativas ao nível do Distresse Parental ($t = 2,081$; $df = 118$; $p = ,040$; $r = ,188$), porém o tamanho do efeito foi pequeno ($r < ,30$). Assim, as mães com crianças no agregado familiar apresentaram índices superiores de distresse parental (Mdn = 27,63) quando comparadas com as mães de adolescentes (Mdn = 24,79).

Tabela 15. Comparação das médias nas dimensões Satisfação Marital e Stresse Parental segundo o grupo etário do menor, teste *t* de *Student*

	Criança (< 12 anos) (n = 73)	Adolescente (≥ 12 anos) (n = 47)	<i>T</i>	<i>p</i>	<i>r</i>
	M (DP)	M (DP)			
Stresse Parental total	75,78 (15,65)	73,85 (16,46)	,646	,520	,059
Distresse Parental	27,63 (7,81)	24,79 (6,44)	2,081	,040	,188
Interação Disfuncional Pais-Criança	22,71 (4,97)	24,23 (5,73)	-1,542	,126	,141
Criança Difícil	25,44 (6,97)	24,83 (7,54)	,452	,652	,042
Satisfação Marital	34,55 (5,48)	35,68 (5,67)	-,998	,321	,099

⁸ Teste *t* de *Student*.

Por último, na Tabela 16, verificamos que existiram diferenças significativas no Stresse Parental ($H(2) = 15,93$; $p = ,000$) em função dos níveis de satisfação marital. No sentido de analisar estas diferenças significativas entre os grupos, recorreremos ao teste não-paramétrico de *Mann-Whitney* e aplicamos a correção de *Bonferroni*, obtendo um nível de significância igual a 0,0167.

Observamos que as participantes com índices normais de stresse parental ($Mdn = 36,33$) diferem significativamente das mães com índices elevados ($Mdn = 32,56$) em função dos níveis de satisfação marital ($U = 196,50$; $z = -2,44$; $p = ,007$; $r = -,264$), na medida em que as que apresentaram níveis de satisfação marital inferior relataram índices de stresse parental mais elevados. No entanto, o tamanho do efeito foi pequeno, visto que o valor do r foi inferior a 0,30.

Além disso, ainda relativamente ao Stresse Parental, constatámos que o grupo com níveis normais de stresse parental ($Mdn = 36,33$) difere significativamente do grupo com níveis clínicos ($Mdn = 29,92$), em que o primeiro exibiu pontuações médias superiores ao nível da satisfação marital comparativamente ao segundo ($U = 316,50$; $z = -3,49$; $p = ,000$; $r = -,362$). A magnitude do efeito foi moderada, uma vez que, o valor do r situou-se entre 0,30 e 0,50.

Tabela 16. Comparação das médias na dimensão Stresse Parental em função dos níveis de satisfação marital, teste *Kruskal-Wallis*

	Níveis Normais (n = 29)	Níveis elevados (n = 36)	Níveis Clínicos (n = 10)		
	M (DP)	M (DP)	M (DP)		<i>p</i>
Satisfação Marital	36,38 (4,81)	31,77 (6,05)	30,83 (5,64)	15,93	,000

5. Relações entre as Variáveis Sociodemográficas e Familiares, Satisfação Marital e, Stresse Parental

Depois de apresentadas as diferenças existentes nos níveis de satisfação marital e de stresse parental em função das características sociodemográficas e familiares das mães, apresentamos de seguida as correlações entre as escalas e suas dimensões e entre as

Variáveis Sociodemográficas e Familiares e as escalas EMS e PSI. Para as variáveis quantitativas utilizámos o coeficiente r de Pearson e para as qualitativas, o coeficiente r_s de Spearman. Por fim, são exploradas as relações existentes entre as duas escalas avaliadas no estudo (EMS e PSI).

Verificamos que a Satisfação Marital esteve significativa e positivamente mas fracamente relacionada à variável Rendimentos Familiares ($r(84) = ,216$; $p = ,024$) e, negativamente ao número de rendimentos combinados ($r(103) = -,191$; $p = ,027$), sendo a magnitude da correlação também fraca (Tabela 17).

Podemos ainda verificar na Tabela 17 que a Satisfação Marital apresentou uma tendência negativa com o número de filhos ($r(103) = -,134$; $p = ,088$) e uma tendência positiva com o nível de escolaridade ($r_s(103) = ,145$; $p = ,072$) e o tipo de trabalho ($r_s(84) = ,178$; $p = ,053$).

Tabela 17. Correlações entre as variáveis sociodemográficas e a satisfação marital (N = 103)

	Satisfação Marital
Idade da própria ^(a)	-,066
Idade do menor ^(a)	,070
Número de filhos ^(a)	-,134 [#]
Anos de relação marital ^(a)	,057
Número de pessoas que convivem no lar ^(a)	,013
Número de menores de 18 anos no agregado familiar ^(a)	,092
Número de menores de 14 anos no agregado familiar ^(a)	,010
Número de pessoas na família extensa ^(a)	,091
Nível de escolaridade ^(b)	,145 [#]
Tipo de trabalho ^(b)	,178 [#]
Rendimentos da própria ^(a)	,130
Rendimentos familiares ^(a)	,216*
Número de rendimentos combinados ^(a)	-,191*

* $p < ,05$; ** $p < ,01$; *** $p < ,001$; # $p < ,10$

^(a) Correlação de *Pearson*; ^(b) Correlação de *Spearman*

Relativamente às correlações entre as variáveis sociodemográficas e familiares e o Stresse Parental (PSI), e as respetivas subescalas é possível verificar na Tabela 18 que o Stresse Parental total surgiu negativamente e significativamente associado à variável Idade das Participantes ($r(120) = -,155$; $p = ,045$). No entanto, a magnitude desta correlação foi muito fraca, uma vez que o valor r de Pearson foi inferior a 0,40.

Ainda no que concerne à dimensão Stresse Parental total podemos constatar na Tabela 18 que a mesma apresentou uma tendência negativa com a variável Rendimento Familiares ($r(98) = -,133$; $p = ,095$).

A dimensão Distresse Parental esteve negativamente e significativamente, embora com correlações fracas com as variáveis Idade das Participantes ($r(120) = -,258$; $p = ,002$), Idade do Menor ($r(120) = -,233$; $p = ,005$), Anos de Relação ($r(103) = -,181$; $p = ,034$) e Rendimentos Familiares ($r(98) = -,227$; $p = ,012$).

A Interação Disfuncional Pais-Criança surgiu significativa e positivamente associada à idade do menor ($r(120) = ,171$; $p = ,031$). Contudo, a magnitude da correlação foi fraca ($r < ,40$).

Por último, a dimensão Criança Dificil encontrou-se significativa e positivamente mas fracamente correlacionada ao número de menores de 18 anos no agregado familiar ($r(120) = ,152$; $p = ,049$) e ao nível de escolaridade ($r(120) = ,154$; $p = ,047$).

Tabela 18. Correlações entre as variáveis sociodemográficas e o stresse parental (PSI), e as respetivas subescalas (N = 120)

	Stresse Parental total	Distresse Parental	Interação Disfuncional Pais-Criança	Criança Dificil
Idade da própria ^(a)	-,155*	-,258**	,026	-,098
Idade do menor ^(a)	-,029	-,233**	,171*	,050
Número de filhos ^(a)	,051	-,017	,111	,048
Anos de relação marital ^(a)	-,110	-,181*	,082	-,122
Número de pessoas que convivem no lar ^(a)	,029	-,055	,036	,095
Menores de 18 anos no agregado familiar ^(a)	,115	,003	,137 [#]	,152*
Menores de 14 anos no agregado familiar ^(a)	,099	,118 [#]	-,011	,106
Número de pessoas na família extensa ^(a)	,021	,006	-,056	,082
Nível de escolaridade ^(b)	,015	-,010	-,115	,154*
Tipo de trabalho ^(b)	-,040	-,070	-,156 [#]	,138 [#]
Rendimentos laborais da própria ^(a)	-,070	-,156 [#]	-,068	,067
Rendimentos familiares ^(a)	-,133 [#]	-,227*	-,119	,037
Número de rendimentos combinados ^(a)	,062	,121 [#]	-,011	,021

* $p < ,05$; ** $p < ,01$; *** $p < ,001$; # $p < ,10$

^(a) Correlação de *Pearson*; ^(b) Correlação de *Spearman*

6. Relação entre Satisfação Marital e Stresse Parental (e suas subescalas)

Na Tabela 19 podemos observar correlações estatisticamente significativas entre todas as dimensões avaliadas. Assim, a Satisfação Marital surgiu negativa e significativamente associada ao Distresse Parental ($r_{(103)} = -,601$; $p = ,000$), moderadamente ao Stresse Parental total ($r_{(103)} = -,477$; $p = ,000$) e Interação Disfuncional Mãe-Criança ($r_{(103)} = -,347$; $p = ,000$), uma vez que o valor r de Pearson situou-se entre 0,40 e 0,60.

Ainda na Tabela 19, podemos constatar que a Satisfação Marital surgiu negativa e significativamente correlacionada com a dimensão Criança Difícil ($r_{(103)} = -,188$; $p = ,028$).

Tabela 19. Correlações entre a Satisfação Marital (N = 103) e o Stresse Parental (PSI)

	Satisfação Marital
Stresse Parental total	-,477***
Distresse Parental	-,601***
Interação Disfuncional Pais-Criança	-,347***
Criança Difícil	-,188*

* $p < ,05$; ** $p < ,01$; *** $p < ,001$; # $p < ,10$

V. DISCUSSÃO

V. Discussão

Na presente secção serão discutidos os principais resultados obtidos no presente estudo. Inicialmente, discutiremos os resultados relativos às características sociodemográficas e familiares das participantes. Seguidamente, discutiremos os resultados obtidos relativos à satisfação marital e ao stresse parental.

1. Perfil Sociodemográfico das participantes

No presente estudo com uma amostra da população geral, o nível de escolaridade e a situação laboral das mães eram, na sua maioria, bastante favoráveis, pois uma subamostra possuía formação académica de nível universitário completo (37,5%) e um emprego de alta qualificação (39,2%), regular (87,9%) e com contrato de trabalho (81,8%). Estes resultados poderão ser um fator explicativo do número reduzido de mães que se encontravam desempregadas quando o estudo foi realizado (17,5%), tendo em conta que a taxa de desemprego nas mulheres da população geral portuguesa é, em média de 45,8% (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2014).

Relativamente à situação familiar das participantes, verificámos que a estrutura familiar predominante era a biparental nuclear (35,66%). Estes resultados, tal como os obtidos por Booth e Edwards (1992), permitem-nos supor que a relação conjugal das participantes era, na sua maioria, mais estável e satisfatória. Em média, o agregado familiar das mães do presente estudo era constituído por 3,65 pessoas (em que o tamanho do agregado familiar oscilava entre 2 e 7 pessoas). De acordo com os dados recolhidos referentes ao ano de 2013 (Pordata, 2014) a dimensão média dos agregados domésticos em Portugal é em média de 2,6 pessoas. Assim, podemos supor que a dimensão dos agregados familiares das participantes neste estudo era ligeiramente superior ao valor médio da população geral portuguesa. Sendo que a média de filhos no agregado familiar nas famílias portuguesas é de um filho por família (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2011), sugerimos que a nossa amostra representa a população geral portuguesa no que diz respeito ao número de filhos, uma vez que a média de número de menores de 18 anos no agregado familiar era de 1,43.

2. Níveis de satisfação marital e de stresse parental

No presente estudo, os níveis de satisfação marital global encontrados foram de 35%. Temos de ter em consideração a possibilidade de estes resultados serem influenciados por desejabilidade social, por exemplo, uma vez que, tal como alguns autores têm reconhecido, os casais não-clínicos que participam voluntariamente nos estudos tendem a relatar valores enviesados. Ou seja, as famílias ditas normativas normalmente tendem a relatar níveis superiores de satisfação marital percebidos (e.g., Fincham & Bradbury, 1989). Num estudo desenvolvido por Feeney (2002) sobre apego, interação e satisfação marital em estudantes de psicologia norte-americanos, os níveis de insatisfação com a relação conjugal foram significativamente elevados. Por sua vez, em 2013, Shtayermman realizou um estudo sobre stresse e satisfação marital numa amostra clínica de pais de crianças diagnosticadas com autismo, e concluiu que estes pais relatavam sentir-se significativamente insatisfeitos com o seu casamento. Assim, quando existe algum fator stressante no contexto familiar, os pais estarão mais vulneráveis e menos competentes para atender às necessidades da família. Se juntarmos a este facto baixos níveis de apoio social por parte do cônjuge, estas mães e pais tenderão a perceberem níveis mais baixos de satisfação marital.

No que diz respeito aos níveis de stresse parental percebido, a maioria das participantes relatou índices normais de stresse parental total e índices baixos nas subescalas Distresse Parental, Interação Disfuncional Pais-Criança e Criança Difícil. Os valores são expectáveis, atendendo ao facto de a amostra ser não-clínica, e uma vez que segundo vários autores os níveis mais elevados de stresse parental foram encontrados em amostras clínicas (e.g., Deater-Deckard, 1998; Warfield, 2005). Porém, este resultado, embora expectável, nem sempre é encontrado: num estudo em que foram comparados os níveis de stresse parental em mães de crianças da população geral (não-clínica) com os níveis de stresse parental de mães de crianças surdas ou com problemas graves de audição, Pipp-Siegel et al. (2002) concluíram que as mães do grupo normativo não diferiram significativamente das mães de crianças com problemas de audição. Ainda nesse estudo, na subescala Distresse Parental, as mães do grupo normativo relataram níveis de stresse mais elevados.

Relativamente aos resultados obtidos nas subescalas de stresse parental, o facto de terem sido encontrados níveis mais baixos de stresse na subescala Interação Disfuncional

Pais/Criança, sugere, em concordância com Crnic e Greenberg (1990), que ao relatarem menos stresse nas relações com os seus filhos, estas mães apresentam padrões interacionais mais positivos. Ainda, de acordo com Pipp-Siegel et al. (2002), podemos afirmar que as mães do nosso estudo não se apresentam desapontadas face às expectativas relativas aos filhos, nem se sentem alienadas ou rejeitadas pelos mesmos. Os níveis mais elevados de stresse parental obtidos diziam respeito à subescala Distresse Parental. Este resultado é semelhante aos resultados encontrados nos estudos de Farkas e Valdés (2010) e de Ayala Nunes, Lemos, e Nunes (2014) realizados com amostras clínicas e em que os valores obtidos na subescala Distresse Parental que avalia o nível de stresse que decorre de fatores pessoais, tais como conflito com o(a) parceiro(a) ou presença de depressão e o nível de restrições à vida relacionadas com as responsabilidades respeitantes à parentalidade, foram os mais significativos de todas as subescalas. Então, é possível supor que são estes os aspetos relativos ao seu papel parental os que mais preocupam as mães do nosso estudo -, e não tanto as características da criança e as relações entre estas e os seus filhos (Farkas & Valdés, 2010). Estes resultados vão ao encontro da maioria dos resultados obtidos nos estudos neste âmbito, realizados com amostras comunitárias, uma vez que segundo Deater-Deckard (1998) o foco nas pesquisas sobre o stresse parental centra-se em comparações entre grupos e no estudo das diferenças individuais. Em suma, parece que uma avaliação positiva e otimista por parte do progenitor relativamente ao seu papel parental (e.g., cuidados e educação com os filhos) tende a atenuar o surgimento de stresse experienciado na parentalidade (Padilla et al., 2010).

3. Características sociodemográficas e familiares e relato de satisfação marital e de stresse parental

Um dos nossos objetivos específicos foi o de explorar os níveis de satisfação marital em função das variáveis sociodemográficas e familiares. Concluimos que as mães de famílias biparentais nucleares apresentaram uma satisfação marital percebida significativamente superior, comparativamente às mães de famílias biparentais reconstituídas. Estes resultados corroboram os encontrados por Mirecki et al. (2013), com uma amostra de 1067 participantes cujo objetivo foi analisar as diferenças nos níveis de satisfação marital entre

primeiros e segundos casamentos. Segundo as autoras uma das variáveis que pode afetar o grau de satisfação percebido entre primeiros e segundos casamentos é o nível de escolaridade, com os indivíduos com níveis mais elevados de escolaridade a sentir-se mais satisfeitos e a divorciar-se menos do que os que apresentavam níveis mais baixos de escolaridade. Sugerimos que fatores como a idade das mães, a duração da relação prévia ao casamento ou união de facto, a inclusão dos filhos na relação e, o reajustamento das normas previamente definidas por cada cônjuge, podem contribuir para uma menor satisfação percebida nos segundos casamentos.

Relativamente aos níveis de stresse parental total, as diferenças encontradas entre os grupos categorizados segundo a estabilidade dos rendimentos, em que as mães de famílias com rendimentos estáveis relataram índices significativamente inferiores de stresse parental total, indicam que a estabilidade financeira das famílias é uma variável que influencia significativamente o stresse na relação mãe-filhos (e.g., Anderson, 2008; Deater-Deckard, 1998; Seo & Moon, 2012; Siqveland et al., 2013; Warfield, 2005) e, eventualmente terá influência no bem-estar geral das famílias.

No que diz respeito à subescala Distresse Parental, observámos diferenças entre os grupos categorizados quanto à situação laboral (instabilidade laboral) e quanto ao sexo e ao grupo etário do menor. Assim, como expetável, as mães que apresentavam instabilidade laboral relataram níveis superiores de distresse parental. A este propósito, sabemos que a instabilidade laboral é uma variável presente em famílias em situação de risco psicossocial (e.g., Ayala Nunes et al., 2014; Álvarez-Dardet et al., 2010; Nunes, Lemos, & Ayala Nunes, 2013), logo associada a maior instabilidade a nível social, familiar e psicológico. Através destes resultados podemos sugerir que o mesmo pode acontecer nas famílias não-clínicas.

No que diz respeito ao sexo do menor, as mães de raparigas relataram níveis superiores de distresse parental, comparativamente às mães de rapazes. Estes resultados não corroboram os encontrados por Williford et al. (2007) em que os níveis de stresse parental em mães de raparigas e rapazes não diferiu quando estes tinham dois anos de idade, contudo, as mães de raparigas apresentaram um declínio nos níveis de stresse percecionado, sugerindo que este se deve ao facto de as raparigas mostrarem menos comportamentos disruptivos durante a primeira infância, assim como, desenvolvem competências linguísticas e socio emocionais mais cedo do que os rapazes.

Da mesma forma, em função da idade do menor, as mães de crianças reportaram significativamente mais stresse parental do que as mães de adolescentes. Estes resultados não corroboram os encontrados por Anderson (2008) num estudo americano sobre os preditores do stresse parental numa amostra comunitária de adolescentes que apresentavam abuso de substâncias, em que a autora concluiu que as mães de menores mais velhos relatavam índices de stresse parental mais elevados do que as mães de menores mais novos.

Ainda, embora sem relevância estatística, encontrámos uma tendência para os níveis de distresse parental diferirem segundo os grupos categorizados em função do tipo de família, com as mães oriundas de estruturas monoparentais apresentarem níveis superiores de distresse parental, comparativamente às mães de famílias biparentais. Esta tendência era expetável, sendo que diversos estudos (e.g., Anderson, 2008; Copeland & Harbaugh, 2005; Kanaheswari et al., 2011; Williford et al, 2007) têm demonstrado que os pais de famílias monoparentais percebem as experiências relacionadas com o seu papel parental como mais stressantes do que os pais de famílias biparentais. Por exemplo, Anderson (2008) verificou que os(a) pais/mães de famílias monoparentais apresentaram níveis significativamente mais elevados de stresse nas suas funções parentais do que os(a) pais/mães de famílias biparentais. Estes resultados indicam que as mães de famílias biparentais percebem um maior apoio quer ao nível social e familiar, quer ao nível económico, assim como, níveis mais elevados de bem-estar e, conseqüentemente, níveis inferiores de stresse na sua relação com os filhos comparativamente às mães de famílias monoparentais.

A este propósito, num estudo desenvolvido por Farkas e Valdés (2010) cujo objetivo foi analisar a relação existente entre variáveis familiares, contextuais e do desenvolvimento da criança e, stresse parental e auto-eficácia em mães chilenas que apresentavam baixos rendimentos, os autores encontraram valores significativamente mais elevados de stresse parental em famílias monoparentais, comparativamente a famílias biparentais e sugeriram que tal se devia ao facto de as famílias monoparentais apresentarem rendimentos familiares muito inferiores, o que por sua vez, influenciaria os níveis de stresse experienciados.

Relativamente às alterações nos níveis de interação disfuncional pais-criança em função das variáveis sociodemográficas e familiares encontrámos uma tendência para estes diferirem quanto à variável Estabilidade dos Rendimentos. Assim, as mães cujos rendimentos eram instáveis sentiram mais dificuldades na interação com os seus filhos do

que as mães cujos rendimentos eram estáveis. Porém os valores não foram estatisticamente significativos. Noutros estudos, esta subescala do Stresse Parental já tem sido associada aos rendimentos (e.g., Reitman et al., 2010).

No que diz respeito aos resultados obtidos na subescala Criança Difícil, estes foram superiores nas mães que tinham um contrato de trabalho comparativamente às que não possuem um contrato. Como vimos na secção anterior, outras variáveis sociodemográficas e familiares foram tidas em conta: Tipo de Trabalho e Tipo de Família. No entanto, as mães do nosso estudo não apresentaram diferenças significativas em função das mesmas. Porém, as mães que se encontravam desempregadas relataram índices ligeiramente superiores em todas as subescalas de stresse parental comparativamente às mães que se encontravam empregadas.

As participantes que possuíam trabalhos de média qualificação também relataram índices ligeiramente superiores de stresse parental total, distresse parental e de interação disfuncional pais-criança. Por sua vez, verificámos que as participantes que possuíam um trabalho de alta qualificação foram as que apresentavam índices ligeiramente superiores para a subescala Criança Difícil.

Sabemos que se existe um maior grau de conflito entre as exigências profissionais e as funções parentais, este conflito pode-se repercutir num maior stresse parental percebido (Allen, Herst, Bruck, & Sutton, 2000), pelo que a presença de uma rede de apoio social pode desempenhar um papel fulcral na minimização dos níveis de stresse parental (e.g., Belsky, 1984; Rodgers, 1998). Estes resultados permitem-nos supor que as mães que apresentam trabalhos de alta qualificação percebem, à partida, menos apoio social e familiar recebido no processo de cuidar dos filhos, o que por sua vez, pode aumentar o stresse parental. Frequentemente, as mães com trabalhos de alta qualificação trabalham nas metrópoles, logo é mais difícil deixar os filhos com familiares ou vizinhos, o que pode gerar um grande conflito quando as mães necessitam trabalhar até tarde.

4. Relação entre satisfação marital e stresse parental e, variáveis sociodemográficas e familiares

Observámos que a satisfação conjugal surgiu significativamente e positivamente associada com os rendimentos familiares e, negativamente associada com o número de

rendimentos combinados. Estes resultados corroboram os encontrados por Dakin e Wampler (2008) e Zainah et al. (2012). Em ambos os estudos, os autores concluíram que quanto mais elevados os rendimentos familiares, mais elevados tendiam a ser os níveis de satisfação conjugal percebida. Estes resultados eram expectáveis, uma vez que um dos fatores contextuais apontados na literatura como tendo mais influência nas questões relacionadas com o casamento diz respeito ao nível económico (Bradbury et al., 2000).

Ainda relativamente à satisfação marital, encontramos uma tendência para esta se relacionar negativamente com o número de filhos no agregado e, positivamente com o nível de escolaridade e o tipo de trabalho. Tendo em conta a literatura esperávamos encontrar relações mais significativas entre a satisfação marital e quer o número de filhos (e.g., Blum & Mehrabian, 1999; Hess, 2008; Önyishi et al., 2012; Twengue et al., 20013), quer o nível de escolaridade (e.g., Blum & Mehrabian, 1999).

Os resultados relativos às relações entre o stresse parental e as variáveis sociodemográficas em estudo indicaram que o stresse parental total estava negativamente associado à idade das participantes e aos rendimentos familiares. Estes resultados confirmam os encontrados por Farkas e Valdés (2010) em que as mães mais novas e com rendimentos mais baixos relataram índices de stresse superiores ao das mães mais velhas e com rendimentos mais elevados.

Relativamente às relações encontradas entre a subescala Distresse Parental e as variáveis sociodemográficas e familiares encontramos uma relação negativa entre o distresse parental e a idade das participantes e do filho, bem como, aos anos de relação e rendimentos familiares. Quanto á idade do menor os resultados não corroboram os encontrados por Anderson (2008), uma vez que a autora encontrou uma associação positiva entre as mães de crianças e o stresse parental, isto é, as mães de adolescentes apresentaram níveis significativamente superiores de distresse parental do que as mães de crianças. Ainda, num estudo desenvolvido por Duchovic, Gerkenmeyer, e Wu (2009) sobre os fatores associados ao distresse parental em pais de crianças que apresentavam problemas mentais, não se encontraram relações entre idade do menor e distresse parental. De acordo com os autores, novos estudos são necessários para melhor compreender as relações existentes entre distresse parental e características da criança, tais como, a idade.

Quanto à relação entre a subescala Interação Disfuncional Pais-Criança, os resultados indicaram as mães com filhos mais velhos tendem a experienciar níveis de interação

disfuncional mais elevados, resultados também encontrados por Ayala-Nunes et al. (2014) e Pipp-Siegel et al. (2002) em mães de famílias de risco psicossocial. Pipp-Siegel et al. (2002) sugeriram a realização de estudos longitudinais para analisar as eventuais relações entre ambas.

Verificámos, ainda, uma tendência positiva entre uma percepção de interação mãe-filho disfuncional e o número de menores na família. Num estudo desenvolvido por Warfield (2005) sobre os preditores familiares e laborais do stresse parental numa amostra clínica, os níveis de stresse parental relacionaram-se positivamente e significativamente com o número de filhos, sugerindo que os pais que têm mais filhos tendem a relatar níveis de stresse parental mais elevados. Sugerimos que outros fatores como a vulnerabilidade económica da família podem induzir níveis de stresse mais elevados. Por último, encontrámos uma tendência negativa entre a subescala Interação Disfuncional Pais-Criança e tipo de trabalho das mães. Estes resultados eram expectáveis, tendo em conta o facto de as mães que possuíam um trabalho de alta qualificação, terem relatado níveis de stresse mais elevados do que as mães que possuíam um trabalho de média ou baixa qualificação.

Por sua vez, a percepção das mães na escala Criança Difícil estava positivamente associada com as variáveis número de menores no agregado e nível de escolaridade, sugerindo-se, assim, tal como Östberg e Hagekull, (2000) e Padilla et al. (2010), que um pai/mãe de um maior número de crianças na família tende a aumentar a percepção de stresse experienciado na relação com os seus filhos. Verificámos também uma tendência positiva entre a subescala Criança Difícil e a variável Tipo de Trabalho. De acordo com Padilla et al. (2010) os pais que possuem trabalhos com horários menos flexíveis tendem a perceber os seus filhos como sendo mais difíceis de lidar.

5. Relação entre stresse parental e satisfação marital

Sendo o objetivo do presente estudo analisar as eventuais relações existentes entre satisfação marital e stresse parental encontrámos, como expectável, associações significativas entre todas as dimensões. Assim, as mães que apresentaram níveis superiores de satisfação marital percebida relataram índices normais de stresse parental, ao passo que as mães maritalmente menos satisfeitas apresentaram índices elevados ou clínicos. Estes

resultados corroboram os encontrados por García et al.(2006) em que se verificou que os pais que se sentiam maritalmente satisfeitos, relataram níveis de stresse parental mais baixos sugerindo-se, assim, que fatores conjugais dos pais relacionam-se com as suas práticas parentais.

Como acima referido, a dimensão que estava mais significativamente associada com a satisfação marital foi a subescala Distresse Parental. Assim, as mães que percecionaram níveis elevados de satisfação marital, reportaram índices mais baixos de stresse na relação com os filhos. Também Hartley et al (2011) encontraram resultados semelhantes, sugerindo que enquanto que uma relação conjugal mais pobre pode ser uma fonte de angústia para os pais e, portanto, associada a níveis mais elevados de stresse parental, numa relação conjugal saudável e com suporte parental por parte dos parceiros, o sentimento de angústia percecionado pelos pais diminui, contribuindo significativamente para os níveis mais baixos de stresse parental total. Assim, os pais/mães que referem ser mais felizes no casamento relatam menos stresse relacionado com circunstâncias pessoais, logo na sua relação com os filhos (Hess, 2008).

Em suma, se os pais/mães que se sentem maritalmente satisfeitos, tendem a adotar práticas parentais mais saudáveis (e.g., compreender melhor as atividades da criança e fornecer maior apoio e aceitação) e a percecionarem menos stresse nas questões relacionadas com os seus filhos (García et al., 2006), os problemas de comportamento nas crianças (e.g., agressividade, presença de psicopatologia e, rompimento de normas) são diminuídos.

Conclusões e limitações do estudo

Conclusão e limitações do estudo

No desenvolvimento deste estudo, foi-nos permitido traçar um perfil sociodemográfico e familiar de uma amostra de mães de crianças e adolescentes da população geral portuguesa, esperando dar um modesto contributo na compreensão de algumas variáveis conjugais e parentais, assim como, as relações que se estabelecem entre elas.

As mães do presente estudo apresentavam idades compreendidas entre 21 e 58 anos de idade, eram maioritariamente casadas ou mantinham uma relação conjugal e tinham em média 1 a 2 filhos. Quanto ao nível de escolaridade e situação laboral, constatámos que uma grande percentagem das participantes possuíam estudos de nível superior completos e um emprego com alta qualificação.

Relativamente à situação familiar das mães do presente estudo verificámos que a estrutura familiar dominante era a biparental nuclear e que os rendimentos familiares provinham maioritariamente das próprias mães e dos seus maridos/companheiros. Quanto aos níveis de satisfação marital global os resultados mostraram que as participantes neste estudo sentem-se em média maritalmente satisfeitas. Os níveis de satisfação marital não diferiram em função das variáveis sociodemográficas e familiares, exceto segundo o tipo de família, em que são as mães de famílias biparentais nucleares as mais satisfeitas com a sua relação conjugal. Os resultados referentes às associações entre satisfação marital e características sociodemográficas e familiares permitiram-nos concluir que quanto mais elevados forem os rendimentos familiares, mais elevados serão os níveis de satisfação conjugal global destas mães. Contudo, pudemos concluir também que a satisfação marital percebida pode diminuir tendo em conta o número de rendimentos combinados (i.e., se o número de rendimentos combinados for maior abrangendo os rendimentos da própria, de apoio social, do companheiro, dos pais/sogros e dos filhos, as mães tendem a sentir-se menos satisfeitas com o seu casamento).

Na avaliação dos níveis de stresse parental pudemos concluir que as mães do presente estudo relataram, na sua maioria, níveis de stresse parental moderado, confirmando que este indicador não se restringe às famílias de risco ou problemáticas (e.g., Crnic & Low, 2002; Deater-Deckard, 1998). No entanto, e como expectável, as mães deste estudo encontravam-se num patamar considerado normal de stresse parental percebido, se tivermos em conta os resultados do estudo desenvolvido por Santos (2003). Foram obtidos

valores mais significativos de stresse parental respetivamente na subescala Distresse Parental, seguindo-se a subescala Criança Difícil e, por fim, na subescala Interação Disfuncional Pais-Criança. Assim, parece que são as características relacionadas com as mães as mais pertinentes na compreensão da natureza do stresse parental percebido no presente estudo. E, ainda, foram as mães de rapazes adolescentes, com contrato de trabalho e trabalho regular, estabilidade familiar e dos rendimentos, as que relataram menos stresse nas questões relacionadas com a parentalidade.

Tendo em conta as relações existentes entre stresse parental e variáveis sociodemográficas e familiares, concluímos que as mães mais velhas relataram menos stresse parental total e, menos distresse parental. São então as mulheres mais velhas com mais anos de relação conjugal e com rendimentos familiares mais elevados, e, com filhos adolescentes que reportavam menos stresse parental percebido. Por fim, este estudo permitiu-nos verificar que as mães com mais filhos e com mais anos de escolaridade relatam mais stresse relacionado com as características das crianças.

No que concerne à principal questão de investigação: *Em que medida uma maior satisfação marital percebida está associada a níveis mais baixos de stresse parental percebido pelas participantes do estudo?*, pudemos confirmar que a satisfação marital estava associada com todas as dimensões de Stresse Parental. Ou seja, as participantes maritalmente satisfeitas relataram níveis de stresse parental significativamente superiores comparativamente às participantes que relataram menos satisfação com o seu casamento.

Tendo em conta que, tal como no estudo de Deater-Deckard (1998), quando os pais percecionam stresse na relação com os filhos, estes podem apresentar comportamentos parentais mais pobres (e.g., dureza e inconsistência) e, conseqüentemente, levar os filhos a apresentarem comportamentos desajustados (e.g., agressividade), sugerimos que é importante a realização de mais estudos sobre as eventuais relações existentes entre variáveis conjugais e parentais. E, ainda, tal como Twengue et al. (2003) referiram, é importante compreender a relação entre satisfação marital e stresse parental, de forma a promover a criação de expectativas mais realistas dos pais face à parentalidade logo, a proporcionar apoio ao trabalho desenvolvido por médicos, prestadores de cuidados infantis, assistentes sociais, entre outros profissionais na intervenção, no sentido de promover uma maior satisfação nas funções, especialmente no que diz respeito ao casamento e à parentalidade (Hess, 2008).

Similarmente, os programas de intervenção no casamento podem melhorar o desempenho dos pais face ao seu papel parental e, conseqüentemente, o desenvolvimento infantil saudável (Grych, 2002). De acordo com o autor, os programas e os cursos cujo objetivo é a melhoria das competências parentais pode ser mais eficaz se considerarem as questões relacionadas com as relações maritais.

Assim, os resultados do nosso estudo podem contribuir para a compreensão das relações que se estabelecem entre estas variáveis e, chamar a atenção para a necessidade de considerar estes dois tipos de variáveis no desenvolvimento de projetos que possam responder às necessidades de suporte das mães, de forma a promover o desenvolvimento infantil saudável.

No que concerne às limitações deste estudo mencionamos em primeiro lugar, que o facto de a Escala de Satisfação Marital não estar validada para a população portuguesa é um condicionante da validade do instrumento nesta população. Em segundo lugar, não utilizámos as dimensões Satisfação Marital e Distorção Idealizada da escala EMS porque o nosso estudo pretendia analisar as relações existentes entre a satisfação marital global percebida e o stresse parental percebido pelas mães. Estudos futuros poderão incluir para além das dimensões supra referidas, a medição de conflitos conjugais, por exemplo. Em terceiro lugar, os níveis de satisfação marital na nossa amostra foram inferiores aos de alguns estudos desenvolvidos em amostras não-clínicas (e.g., Zainah et al., 2012). Ainda, não foram encontrados estudos que apresentassem resultados similares aos obtidos no presente estudo relativamente aos níveis de satisfação marital percebida.

Em quarto lugar, o estudo foi desenvolvido com base no relato apenas das mães. Estudos futuros poderiam incluir outras fontes de informação – por exemplo, os pais, e ainda uma medida que avalie, quer as suas perceções, como os comportamentos e relatos dos filhos. Um estudo futuro deveria ainda comparar amostras não-clínicas e amostras clínicas relativamente a variáveis conjugais e o stresse parental, por forma a melhor perceber quais os fatores conjugais indutores de stresse percebido na relação com os filhos e contribuir para o desenvolvimento de programas de prevenção e intervenção junto das famílias.

Referências Bibliográficas

VII. Referências Bibliográficas

- Abidin, R. (1990). Introduction to the special issue: the stress of parenting. *Journal of Clinical Psychology, 19*, 298-301.
- Abidin, R. (1992). The Determinants of Parenting Behaviour. *Journal of Clinical Psychology, 21(4)*, 407-412.
- Abidin, R. (1995). *Índice de Stresse Parental (PSI)* (1.^a ed.). (S. Santos, Trad.) Lisboa: CEGOC-TEA.
- Allen, T., Herst, D., Bruck, C., & Sutton, M. (2000). Consequences Associated With Work-to-Family Conflict: A review and Agenda for Future Research. *Journal of Occupational Health Psychology, 5(2)*, 278-308.
- Álvarez-Dardet, S., García, M. V., & García, L. (2010). Perfil psicosocial de familias en situación de riesgo. Un estudio de necesidades con usuarias de los Servicios Sociales Comunitarios por razones de preservación familiar. *anales de psicología, 26(2)*, 378-389.
- Anastopoulos, A. D., Guevremont, D. C., Shelton, T. L., & DuPaul, G. J. (1992). *Parenting Stress Among Families of Children with Attention Deficit Hyperactivity Disorder*. Consultado em de Novembro de 2013, através de <http://www.springer.com/psychology/child+%26+school+psychology/journal/10802>.
- Anderson, L. (2008). Predictors of Parenting Stress in a Diverse Sample of Parents of Early Adolescents in High-Risk Communities. *Nursing Research, 57(5)*, 340-350.
- Ayala Nunes, L., Lemos, I., & Nunes, C. (2014). Predictores del estrés parental en madres de familias en riesgo psicosocial. *Universitas Psychologica, 13(2)*, 529-539.
- Ayala-Nunes, L. (2013). *Stresse associado à parentalidade, competências maternas percebidas e aliança parental em mães de famílias multiproblemáticas*. Faro.
- Belsky, J. (1984). The Determinants of Parenting: A Process Model. *Child Development, 55(1)*, 83-96.
- Blum, J., & Mehrabian, A. (1999). Personality and Temperament Correlates of Marital Satisfaction. *Journal of Personality, 67:1*, 93-125.
- Booth, A., & Edwards, J. (1992). Starting Over: Why Remarriages are More Unstable. *Journal of Familie Issues, 13(2)*, 179-194.
- Bradbury, T. N., Fincham, F. D., & Beach, S. R. (2000). Research on the Nature and Determinants of Marital Satisfaction: A Decade in Review. *Journal of Marriage and the Family, 62*, 964 - 980.

- Canel, A. N. (2013). The Development of the Marital Satisfaction Scale (MSS). *Educational Sciences: Theory & Practice*, 13, 1, 97 - 117.
- Carriochi, J., Deane, F. P., & Anderson, S. (2002). Emotional intelligence moderates the relationship between stress and mental health. *Personality and Individual Differences*, 32, 197 - 209.
- Chang, Y., Fine, M., Ispa, J., Thornburg, K., Sharp, E., & Wolfenstein, M. (2004). Understanding Parenting Stress Among Young, Low-income, African-American, First-Time Mothers. *Early Education & Development*, 15, N.º3, 265-282.
- Copeland, D., & Harbaugh, B. L. (2005). Differences in Parenting Stress between married and single first time mothers at six to eight weeks after birth. *Issues in Comprehensive Pediatric Nursing*, 28, 139–152.
- Crnic, K., & Low, C. (2002). Everyday Stresses and Parenting. In M. H. Bornstein, *Handbook of Parenting: Practical Issues in Parenting* (2 ed., Vol. 5, pp. 242-267). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Dakin, J., & Wampler, R. (2008). Money Doesn't Buy Happiness, but It Helps: Marital Satisfaction, Psychological Distress, and Demographic Differences Between Low- and Middle-Income Clinic Couples. *The American Journal of Family Therapy*, 36, 300-311.
- De Vaus, D. (2002). *Marriage and mental health*. Obtido em 8 de Janeiro de 2015, de file:///C:/Users/Windows/artigos/Satisfac%C3%A7%C3%A3o%20Marital/Marriage%20and%20Mental%20Health.pdf
- Deater-Deckard, K. (1998). Parenting Stress and Child Adjustment: Some Old Hypotheses and New Questions. *Clinical Psychology: Science and Practice*, 5, N.º 3, 314 - 332.
- Duchovic, C., Gerkenmeyer, J., & Wu, J. (2009). Factors Associated With Parental Distress. *Journal of Child and Adolescent Psychiatric Nursing*, 22, N.º1, 40-48.
- Eyberg, S. M., Boggs, S. R., & Rodriguez, C. M. (1992). Relationships Between Maternal Parenting Stress and Child Disruptive Behavior. *Child and Family Behavior Therapy*, 14(4), 1-9.
- Fagan, P., Kidd, A., & Potrykus, H. (4 de Maio de 2011). *Marriage and Economic Well-Being: The Economy of the Family Rises or Falls with Marriage*. Consultado em Janeiro de 2015, através de <http://downloads.frc.org/EF/EF11E70.pdf>.
- Farkas, C., & Valdés, N. (2010). Maternal stress and perceptions of self-efficacy in socioeconomically disadvantaged mothers: An explicative model. *Infant Behavior and Development*, 33, 654–662.

- Feeney, J. A. (2002). Attachment, marital interaction, and relationship satisfaction: A diary study. *Personal Relationships, 9*(1), 39-55.
- Fincham, F., & Bradbury, T. (1989). Perceived Responsibility for Marital Events: Egocentric or Partner-centric Bias? *Journal of Marriage and the Family, 51*, 27-35.
- Fowers, B. (1991). His and Her Marriage: A Multivariate Study of Gender and Marital Satisfaction. *Sex Roles, 24*, 209-221.
- Fowers, B. (1998). Psychology and the Good Marriage: Social Theory as Practice. *American Behavioral Scientist, 41*, N.4, 516-541.
- Fowers, B. J., & Olson, D. H. (1993). ENRICH Marital Satisfaction Scale: A Brief Research and Clinical Tool. *Journal of Family Psychology, Vol. 7, No. 2*, , 176-185.
- Fowers, B. J., Montel, K. H., & Olson, D. H. (1996). Predicting Marital Success For Premarital Couple Types Based on PREPARE. *Journal of Marital & Family Therapy, 22:1*, 103-119.
- García, V., Bernal, M., & Marín, I. (2012). Estrés parental, trato rudo y monitoreo como factores asociados a la conducta agresiva. *Universitas Psychologica, 11*, N.º1, 241-254.
- García, V., Gueva, I., & Currea, F. (2006). Relaciones Maritales, Relaciones Paternas y su Influencia en el Ajuste Psicológico de los Hijos. *Acta Colombiana de Psicología, 9*(2), 115-126.
- Gorchoff, S., John, O., & Helson, R. (2008). Contextualizing Change in Marital Satisfaction During Middle Age: An 18-Year Longitudinal Study.(Clinical report). *Psychol sci, 11*, 1194-1200.
- Gottman, J. M., & Silver, N. (1994). *What makes marriage work?*, XX, 38-68. Consultado em Janeiro de 2015, através de <http://www.psychologytoday.com/articles/200910/what-makes-marriage-work>.
- Grych, J. H. (2002). Marital Relationships and Parenting. In M. H. Bornstein, *Handbook of Parenting: Social Conditions and Applied Parenting* (2ª ed., Vol. 4, pp. 203-225). Londres: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Hafner, R. J., & Spence, N. S. (1988). Marriage duration, marital adjustment and psychological symptoms: a cross sectional study. *Journal of Clinical Psychology, 44*, N.º 3, 309-316.
- Hartley, S. L., Barker, E. T., Seltzer, M. M., & Greenberg, J. S. (2011). Marital Satisfaction and Parenting Experiences of Mothers and Fathers of Adolescents and Adults With

Autism. *American Association on Intellectual and Developmental Disabilities*, 116, N.º 1, 81-95.

- Hasani, A. M., Mokhtaree, Sayadi, Nazer, & Mosavi. (2012). Study of Emotional Intelligence and Marital Satisfaction in Academic Members of Rafsanjan University of Medical Sciences. *Psychology & Psychotherapy*, 2(2). Obtido de <http://www.omicsonline.org/2161-0487/2161-0487-2-106.digital/2161-0487-2-106.html>.
- Hess, J. (2008). Marital Satisfaction and Parental Stress. In Utah State University. Utah: copyright@.
- INE. (2011). *Indicadores Sociais*. Edição 2012, pp. 37-42. Consultado em Janeiro de 2015, através de <file:///C:/Users/Windows/artigos/Tese%20quase%20pronta/Estat%C3%ADsticas%20de%20servi%C3%A7os%20sociais.pdf>.
- INE. (2014). *Estatísticas do Emprego - 3º Trimestre de 2014*. Consultado em 15 de Janeiro de 2015, através de https://www.google.pt/?gfe_rd=cr&ei=DKy3VID9HNSp8wfm_4DYBw&gws_rd=ssl#q=estat%C3%ADsticas+do+emprego+-+3.o+trimestre+de+2014
- Jackson, A. (2000). Maternal Self-Efficacy and Children's Influence on Stress and Parenting Among Single Black Mothers in Poverty. *Journal of Family Issues*, 21 N.1, 3-16.
- Kanaheswari, Y., Razak, N., Chandran, V., & Ong, L. (2011). Predictors of parenting stress in mothers of children with spina bifida. *Nature Journal*, 49, 376-380.
- Kennedy, D. (2012). The Relationship between Parental Stress, Cognitive Distortions, and Child Psychopathology. Philadelphia: DigitalCommons@PCOM.
- Küçüker, S. (2006). The family-focused early intervention programme: evaluation of parental stress and depression. *Early Child Development and Care*, 176, 329-341.
- Kwok, S., Ling, C., Leung, C., & Li, J. (2013). Fathering Self-Efficacy, Marital Satisfaction and Father Involvement in Hong Kong. *Journal of Child and Family Studies*, 22, 1051-1060.
- Macedo, C., Nunes, C., Costa, D., Ayala Nunes, L., & Lemos, I. (2013). Apoio Social, Acontecimentos Stressantes, Adaptabilidade e Coesão em Famílias de Risco Psicossocial. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 14(2), 304-312.
- Mash, E. J., & Johnston, C. (1990). Determinants of parenting stress: Illustrations from families of hyperactive children and families of physically abused children [Special issue: The stresses of parenting]. *Journal of Clinical Child Psychology*, 19, 313-328.

- McBride, A. B., Schoppe, S. J., & Rane, T. R. (2002). Child Characteristics, Parenting Stress, and Parental Involvement: Fathers Versus Mothers. *Journal of Marriage and Family*, 64, 998-1011.
- Mirecki, R. M., Chou, J. L., Elliott, M., & Schneider, C. M. (2013). What Factors Influence Marital Satisfaction? Differences Between First and Second Marriages. *Journal of Divorce & Remarriage*, 54:1, 78-93.
- Mitchell, R. E., & Trickett, E. J. (1980). Task Force Report: Social Networks as Mediators of Social Support An Analysis of the Effects and Determinants of Social Networks. *Community Mental Health Journal*, 16(1), 27-44.
- Moran, G., & Pederson, D. R. (1998). Proneness to Distresse and Ambivalent Relationships. *Infant Behavior & Development*, 21(3), 493-503.
- Nunes, C., & Lemos, I. (2010). Escala de Satisfação Marital. Documento não publicado, Universidade do Algarve, Faro, Portugal.
- Nunes, C., Lemos, I., & Ayala Nunes, L. (2013). Acontecimentos de vida stressantes e apoio social em famílias em risco psicossocial. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 14(2), 313-320.
- Onyishi, E. I., Sorokowsky, P., Sorokwska, A., & Pipitone, R. N. (2012). Children and marital satisfaction in a non-wetern sample: having more children increases marital satisfaction among the Igbo people of Nigeria. *Evolution and Behavior*, 33, 771-774.
- Östberg, M., & Hagekull, B. (2000). A Structural Modeling Approach to the Understanding of Parenting Stress. *Journal of Clinical Child Psychology*, 29(4), 615-625.
- Padilla, J., Lara, B., & Álvarez-Dardet, S. (Junio de 2010). Estrés y competencia parental: un estudio con madres y padres trabajadores. *Suma Psicológica*, 17, N.º1, 47-57.
- Pearson, V., & Chan, T. (July de 1993). The relationship between parenting stress and social support in mothers of children with learning disabilities: A Chinese experience. *Social Cience & Medicine*, 37(2), 267-274.
- Perren, S., Von Wyl, A., Bürgin, D., Simoni, H., & Von Klitzing, K. (2005). Intergenerational Transmission of Marital Quality Across the Transition to Parenthood. *Family Process*, 44, N.º 4, 441-459.
- Pipp-Siegel, S., Sedey, A., & Yoshinaga-Itano, C. (2002). Predictors of Parental Stress in Mothers of Young Children With Hearing Loss. *Journal of Deaf Studies and Education*, 7:1, 1-17.
- Pordata. (2014). *Dimensão média dos agregados domésticos privados (R) em Portugal*. Consultado em Janeiro de 2015, através de

[http://www.pordata.pt/Portugal/Dimensao+media+dos+agregados+domesticos+privados+\(R\)-511](http://www.pordata.pt/Portugal/Dimensao+media+dos+agregados+domesticos+privados+(R)-511).

- Purdom, C. L., Lucas, J. L., & Miller, K. S. (2006). Couple type, parental status, and the mediating impact of social support. *North American Journal of Psychology*, *8(1)*, 1-8.
- Raikes, A., & Thompson, R. A. (2005). Efficacy and Social Support as predictors of Parenting Stress among Families in Poverty. *Infant Mental Health Journal*, *26(3)*, 177-190.
- Reitman, D., Currier, R. O., & Stickle, T. R. (2010). A critical Evaluation of the Parenting Stress Index Form (PSI-SF) in a head start population. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, *31(3)*, 384-392.
- Respler-Herman, M., & Mowder, B. A. (2012). Parenting Beliefs, Parental Stress, and Social Support Relationships. *J Child Fam Stud*, *21*, pp. 190-198.
- Robson, A. L. (1997). Low Birth Weight and Parenting Stress During Early Childhood. *Journal of Pediatric Psychology*, *22(3)*, 297-311.
- Rodgers, A. (1998). Multiple Sources of Stress and Parenting Behavior. *Children and Youth Services Review*, *20*, N.º 6, 525-546. Recuperado de <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S019074099800022X>
- Rosowsky, E., King, K., Coolidge, Rhoades, C., & Segal, D. (2012). Marital Satisfaction and Personality Traits in Long-Term Marriages: An Exploratory Study. *Clinical Gerontologist*, *35*, 77-87.
- Santos, S. V. (2002). *Caraterísticas do stress parental em mães de crianças com Síndrome Nefrótico*, *2*, 233-241.
- Scher, A., & Mayseless, O. (2000). Mothers of Anxious/Ambivalent Infants: Maternal Characteristics and Child-Care Context. *Child Development*, *71*, N.6, 1629-1639.
- Seo, S. J., & Moon, H. (2012). Do korean young children's daily routines and their mother's parenting stress differ according to socioeconomic status? *Social Behavior and Personality*, *40(3)*, 481-500.
- Shackelford, T. K., & Buss, D. M. (2000). Marital satisfaction and spousal cost-infliction. *Personality and Individual Differences*, *28*, 917 - 928.
- Shtayermman, O. (2013). Stress and Marital Satisfaction of Parents to Children Diagnosed With Autism. *Journal of Family Social Work*, *16*, 243-259.
- Siqveland, T., Olafsen, K., & Moe, V. (2013). The influence of maternal optimality and infant temperament on parenting stress at 12 months among mothers with substance abuse and psychiatric problems. *Scandinavian Journal of Psychology*, *54*, 353-362.

- Stroud, C., Durbin, C., Saigal, S., & Knobloch-Fedders, L. (2010). Normal and abnormal personality traits are associated with marital satisfaction for both men and women: An Actor–Partner Interdependence Model analysis. *Journal of Research in Personality*, *44*, 466-477.
- Twenge, J. M., Campbell, W. K., & Foster, C. A. (2003). Parenthood and marital satisfaction: A meta-analytic review. *Journal of Marriage and the Family*, *65*(3), 574-583.
- Warfield, M. (2005). Family and Work Predictors of Parenting Role Stress Among Two-Earner Families of Children with Disabilities. *Infant and Child Development*, *14*, 155–176.
- Webster-Stratton, C. (1990). Stress: A Potential Disruptor of Parent Perceptions and Family Interactions. *Journal of Clinical Child Psychology*, *19*(4), 302-312.
- Williford, A., Calkins, S., & Keane, S. (2007). Predicting Change in Parenting Stress Across Early Childhood: Child and Maternal Factors. *J Abnorm Child Psycho*, *35*, 251-263. doi:10.1007/s10802-006-9082-3
- Zainah, A. Z., Nasir, R., Hashim, R. S., & Yusof, N. M. (Julho de 2012). Effects of Demographic Variables on Marital Satisfaction. *Asian Social Science*, *8*, N.º 9, 46 - 49. doi: 10.5539/ass.v8n9p46: URL: <http://dx.doi.org/10.5539/ass.v8n9p46>